

Eternit

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA 21 DE MARÇO DE 2023, ÀS 11H.**

ÍNDICE

I.	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
II.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
III.	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA	6
IV.	CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	7
V.	PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS	9
VI.	INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA	13
VII.	ANEXOS	20

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados stakeholders do Grupo Eternit,

Completando nove anos como membro do Conselho de Administração da Companhia, sendo os últimos seis como seu presidente, entendi que minha missão estava cumprida e que poderia “passar o bastão”.



Portanto, essa mensagem não poderia ser destinada somente aos nossos acionistas (que por tantos anos nos confiaram seus votos e que, com muita responsabilidade, buscamos corresponder), mas também aos colaboradores do Grupo Eternit, nossos fornecedores, clientes e demais partes relacionadas.

O ano de 2017 foi marcado pelo início de uma grande virada para a Companhia. Desejando resgatá-la de uma condição de acomodação e resultados muito insatisfatórios, iniciamos seu turnaround com a substituição do CEO, que tinha a missão de renovar toda a diretoria.

E as coisas iam tão bem que, por um pequeno momento, a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao banimento da utilização da nossa principal matéria prima na produção das telhas de fibrocimento parecia que poderia ser superada sem reações drásticas e imediatas, como as que fizemos aprovando em dezembro de 2017 os estudos para um processo de recuperação judicial, que teve início em março de 2018 e se estendeu até o final de 2021.

Apesar de não termos mais pendências relevantes relacionadas às obrigações que fizeram parte do Plano de Recuperação Judicial, devidamente aprovado em Assembleia de Credores, o qual cumprimos na sua integralidade nos quatro anos seguintes, ainda segue pendente a apreciação de um recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Além dessa entrega, uma grande dedicação de todos na renovação de todo o parque industrial de fibrocimento, destino dos maiores investimentos em CAPEX, que deixam nossas fábricas em alto nível de excelência operacional. Além do crescimento orgânico, fomos capazes de crescer de forma inorgânica através da aquisição da empresa Confibra, quando passamos a produzir telhas de fibrocimento também no Estado de São Paulo.

Finalmente, além do grande potencial da indústria da construção civil no Brasil, um país de dimensões continentais e em desenvolvimento, mercado mais propício para nosso novo produto Tégula Solar, telhas fotovoltaicas de concreto, disponível para comercialização a partir de janeiro de 2023. Nosso sonho de 2019 tornou-se realidade e eu me sinto particularmente realizado por ter feito parte desse projeto.

A geração distribuída é um caminho natural para um País como o Brasil, de clima predominantemente subtropical e com um dos melhores potenciais de insolação no mundo. A abertura do mercado livre para a baixa tensão e a mini e micro geração distribuída propiciará grandes oportunidades no novo negócio de

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

geração de energia solar, principalmente para o produto “Eternit Solar”, telhas fotovoltaicas de fibrocimento, com previsão de comercialização ainda em 2023.

E o processo de sucessão do PCA foi tratado da melhor maneira possível, no seio do Conselho de Administração e ouvindo alguns acionistas da Companhia, onde conseguimos chegar a um nome que acredito atenderá ao melhor interesse da Companhia, e também ao mercado. Assim, o Conselho de Administração indicou o Sr. Fausto de Andrade Ribeiro, que recém deixou a Presidência do Banco do Brasil, um profissional reconhecido e experiente, que terá todo o apoio dos seus pares e do management para seguir liderando estrategicamente a Eternit para o sucesso.

Finalmente, o meu agradecimento aos demais membros do Board e à Diretoria pela profícua convivência.

Atenciosamente,

Marcelo Gasparino da Silva
Presidente do Conselho de Administração
marcelo@gaspa.com.br

II. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos a todos para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 11h, exclusivamente de modo virtual, nos termos do Edital de Convocação.

Para a instalação da AGOE será necessária a participação de 1/4 (um quarto) do capital social, em primeira convocação.

No intuito de incentivar e facilitar a participação dos acionistas na AGOE da Companhia adotou o formato de realização virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”), que possibilitará o exercício do direito de voto expreso em cada item da ordem do dia, além da transmissão de imagem e som. Desta forma, criamos esta Proposta da Administração para proporcionar mais informação e transparência e garantir, assim, a tomada de decisão de forma consciente e participativa por todos os acionistas.

Gostaria de lembrá-los que seu voto é muito importante para a Companhia.

Os assuntos a serem deliberados na AGOE estão descritos neste documento e no Edital de Convocação. Solicitamos aos senhores que examinem cuidadosamente estes documentos.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Marcelo Gasparino da Silva
Presidente do Conselho de Administração

III. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Data: 21 de março de 2023

Horário: 11h

Local: A AGOE será exclusivamente de modo virtual, por meio da Plataforma.

IV. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

ETERNIT S.A. - Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. nº 61.092.037/0001-81

NIRE 35.300.013.344

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 11h, exclusivamente de modo virtual, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting (“Plataforma”).

A ordem do dia é a seguinte:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022;
3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos;
4. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;
5. Fixar o número de 03 (três) membros para compor o Conselho Fiscal;
6. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e
7. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, em relação ao exercício social de 2023.

Assembleia Geral Extraordinária:

1. Eleger 02 (dois) membros do Conselho de Administração, face as renúncias apresentadas, para complementação do mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) de 2024;
2. Eleger o Presidente do Conselho de Administração entre todos os membros do Conselho de Administração, em face da renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Gasparino da Silva, para complementação do mandato que se encerrará na AGO de 2024.

Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e na internet (ri.eternit.com.br/ www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br) a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGOE.

Informações de Participação na AGOE

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGOE por meio da Plataforma deverão acessar o link <https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3gveextSipUMLHZz13BAtVypVcS0B0nKEoyHqfebxT> de pré-cadastro (“Link”), impreterivelmente, até o dia 19 de março 2023 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar da AGOE.

Legitimação e Representação

Poderão participar da AGOE, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no Artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas. O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, ou, caso não apresente esta documentação, a posição acionária será verificada pela Companhia, em sua base de acionistas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Marcelo Gasparino da Silva
Presidente do Conselho de Administração

V. PROCEDIMENTOS PRÉVIOS E PRAZOS

Participação virtual:

Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGOE, por meio da Plataforma, deverão acessar o link <https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxT3gveextSipUMLHZz13BAtVypVcS0B0nKEoyHqfebxT> de pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 19 de março de 2023 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, tais como:

- (i) documento hábil à comprovação de identidade do acionista ou do seu representante: a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o passaporte e carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas, desde que contenham foto de seu titular;
- (ii) extrato de conta depósito de ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária expedido nos últimos 5 (cinco) dias; e
- (iii) documentos comprobatórios de representação:

1. Pessoa Física Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados abaixo em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

2. Pessoa Jurídica Nacional

- Estatuto/Contrato Social vigente da Pessoa Jurídica arquivado na Junta Comercial ou Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Ato de Eleição ou Procuração do acionista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

3. Fundo de Investimento com Representante Legal Pessoa Jurídica (Administrador ou Gestor)

- Regulamento vigente registrado em Cartório competente e cartão do CNPJ;
- Estatuto Social/Contrato Social do Administrador ou Gestor, vigente e registrado na Junta Comercial;

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- Ato de Eleição ou Procuração do Administrador ou Gestor outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física;
- RG/RNE e CPF do Representante Legal Pessoa Física.

4. Pessoa Jurídica Estrangeira

- Em caso de o Representante Legal ser Pessoa Jurídica: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Jurídica (idiomas: português, inglês ou espanhol) e demais documentos exigidos ao Representante Legal Pessoa Jurídica indicados acima em Pessoa Jurídica Nacional/Fundo de Investimento Nacional.
- Em caso de o representante legal ser Pessoa Física: Procuração do acionista/cotista outorgando poderes ao Representante Legal Pessoa Física (idiomas: português, inglês ou espanhol), RG/RNE e CPF do Representante Legal da Pessoa Física.

Após o cadastro, a Companhia fará a validação das informações e os acionistas ou procuradores receberão, em até 24 horas, um e-mail informando sobre o deferimento ou indeferimento do cadastro. Será permitido ao acionista que regularize o seu cadastro pendente até às 11h00min do dia 20 de março de 2023 (inclusive).

Os cadastros recebidos nos finais de semana serão validados até as 18h da segunda-feira subsequente.

A Companhia enviará aos acionistas ou procuradores devidamente habilitados, dentro das 24 (vinte e quatro) horas antes do início da AGOE, um e-mail contendo o link, login e senha de acesso (“Link de Acesso”) na Plataforma e demais instruções necessárias para o acesso e a participação na AGOE. A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGOE são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do acionista.

Abaixo, tabela com as recomendações de uso da Plataforma, por meio de computador pessoal:

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+	iOS/iPadOS 15+	Android 10+
Video (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Video (send)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Audio (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Audio (send)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Screen Share (receive)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Screen Share (send)	✓	✓	✓	✓	X	X
Render Multiple Videos	✓	✓	X	✓	X	X

Feature	Chrome 69+	Firefox 56+	Safari 11+	Edge 79+	iOS/iPadOS 15+	Android 10+
Virtual Background	✓	✗	✗	✓	✗	✗
720p Video (receive)	✓	✓	✓	✓	✗	✗
720p Video (send)	✓	✗	✗	✗	✗	✗
Share Chrome Tab Audio	✓	✗	✗	✗	✗	✗
Chat	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Closed Captioning	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Live Transcription	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Live Translation	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cloud Recording	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Call Out (PSTN)	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Share 2nd Camera	✓	✓	✓	✓	✗	✗
Command Channel	✓	✓	✓	✓	✓	✓
RTMP Live Streaming	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Encryption	✓	✓	✓	✓	✓	✓
End-to-End Encryption (E2EE) (5)	✗	✗	✗	✗	✗	✗

Ressaltamos que o uso da Plataforma não é compatível com tablets e smartphones.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista ou procurador venha a enfrentar que dificulte ou impossibilite sua participação na AGOE.

Recomendamos, ainda, o uso de fones de ouvido para melhor qualidade de áudio.

A Companhia informa, ainda, que a AGOE será integralmente gravada.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente na Assembleia e assinante da respectiva ata, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 47 da Resolução CVM 81/2022.

Qualquer dúvida relacionada aos Procedimentos Prévios e Prazos descritos neste item, favor contatar:

At.: Eloahna B. A. Sá Freire – Jurídico

E-mail: eloahna.freire@eternit.com.br

Anderson Rebeque – Relações com Investidores
ri@eternit.com.br

Endereço: Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 – 8º Andar – CEP: 05423-040

Telefone: (11) 3817-1710 / (11) 3194-3881

VI. INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO SOBRE A MATÉRIA OBJETO DE EXAME E DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**V.1. Detalhamento sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária:**

Nos termos do Artigo 132 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Eternit deve promover a realização de uma Assembleia Geral Ordinária de acionistas uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Todos os documentos obrigatórios, bem como adicionais, necessários para respaldar o entendimento e a tomada das decisões que serão objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") estão disponíveis no site da Companhia (ri.eternit.com.br), bem como no sistema eletrônico na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na rede mundial de computadores.

Nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 81, a Companhia deve apresentar os seguintes documentos até 01 (um) mês antes da data da AGO:

- i. Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo;
- ii. Cópia das Demonstrações Financeiras;
- iii. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência;
- iv. Parecer dos auditores independentes;
- v. Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver;
- vi. Formulário de demonstrações contábeis padronizadas – DFP;
- vii. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A da presente Resolução;
- viii. Parecer do comitê de auditoria;
- ix. Boletim de voto a distância; e
- x. Demais documentos pertinentes aos assuntos incluídos na Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, se houver, enumerados de forma expressa.

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores (ri.eternit.com.br), bem como nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) todos os documentos relacionados acima.

Os itens iii e vii constam como anexos a esta Proposta da Administração.

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração da Companhia, a fim de deliberarem acerca das matérias constantes da Ordem do Dia:

1. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022;
 - Demonstrações Contábeis

As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas ("DFs").

As DFs expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social. Pela análise das DFs é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são compostas dos seguintes documentos: Balanços Patrimoniais; Demonstrações do Resultado do Exercício; Demonstrações do Resultado Abrangente; Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstrações do Fluxo de Caixa; Demonstrações do Valor Adicionado; e Notas Explicativas às informações contábeis. As Notas Explicativas acompanham as DFs e têm por finalidade complementar as mesmas, além de auxiliar sua análise e entendimento.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria não Estatutário (“COAUD”) em 13 de fevereiro de 2023, aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho Administração e ratificadas pelo Conselho de Fiscal da Companhia em 14 de fevereiro de 2023.

- Relatório da Administração

O Relatório da Administração acompanha as DFs e contém informações de caráter financeiro e não financeiro, como informações operacionais, análise das principais contas da demonstração do resultado do exercício, informações relacionadas aos colaboradores, mercado de capitais, sustentabilidade, dentre outras.

- Relatório dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes SS examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e emitiu relatório sem ressalvas.

- Recomendação da Companhia aos seus acionistas

A Companhia recomenda aos seus acionistas que examinem detalhadamente todos os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022;
Nos termos da Resolução CVM 81, a companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para realização da Assembleia Geral Ordinária, proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo A, as quais constam do Anexo 2 à presente Proposta da Administração.
3. Deliberar sobre a distribuição de dividendos;
 - Resultado do exercício

É o resultado das operações da Companhia auferido no exercício após as deduções da provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 137.713 mil.

- Finalidade da destinação do resultado do exercício

A destinação do resultado do exercício consiste em determinar as parcelas do lucro líquido: (i) que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias ou (ii) que serão distribuídas como dividendos.

A Administração da Companhia deverá apresentar à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, que deverá observar a seguinte ordem de dedução, conforme disposto no artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição da reserva legal de 5% do lucro e da reserva de incentivos fiscais, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Se a situação financeira da Companhia não permitir a distribuição efetiva dos dividendos mínimos obrigatórios, o correspondente valor será registrado como reserva especial e, senão absorvida por prejuízos subsequentes, deverá ser paga como dividendos assim que permitir a situação da Companhia.

- Proposta da administração para destinação do resultado do exercício

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 137.602 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, a Administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 137.602 seja destinado, à saber: (i) R\$ 11.166 mil a título de reserva de subvenção de investimentos; (ii) R\$ 6.880 mil a título de reserva legal; (iii) R\$ 6.880 mil a título de reserva estatutária; (iv) R\$ 75.055 mil a título de retenção para orçamento de capital; e (v) R\$ 37.622 mil a título de Juros sobre Capital Próprio bruto, sendo: R\$ 18.401 mil pagos em 20/09/2022 e R\$ 19.221 mil declarados em 08/11/2022 (R\$ 8.651 mil) e 13/12/2022 (R\$ 10.570 mil) a serem pagos em 31/03/2023.

As informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo A da Resolução CVM nº 81 constam como anexo 2 a esta Proposta da Administração.

4. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal;

O Conselho Fiscal (“CF”) é um órgão, não permanente, de apoio ao Conselho de Administração, que tem como principal responsabilidade fiscalizar a situação financeira da Companhia.

5. Fixar o número de 03 (três) membros para compor o Conselho de Fiscal;

O CF, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, residentes no País, acionistas ou não.

A Administração propõe fixar o número de 3 (três) membros para composição do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2024, por entender ser uma quantidade adequada de membros dado que atende à quantidade mínima exigida pela Lei das S.A. e pelo Estatuto Social.

6. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, a companhia deve fornecer as informações sobre os candidatos indicados por acionistas ou pela administração para membros do Conselho Fiscal, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80, incluindo os seus respectivos currículos, constam do Anexo 3 à presente Proposta da Administração.

As indicações para os cargos elegíveis do Conselho Fiscal devem respeitar os requisitos e as vedações legais, incluindo, mas não se limitando ao artigo 162 em conjunto com o artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e à Resolução CVM nº 80.

7. Fixar o montante da Remuneração Global a ser paga aos Administradores da Companhia e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, em relação ao exercício social de 2023.
 - Montante global e distribuição da remuneração anual dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal

O montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal, conforme proposta da Administração da Companhia para o exercício de 2023, é de R\$ 14.614 mil (quatorze milhões e seiscentos e quatorze mil reais), distribuído conforme quadro abaixo:

Nos termos do Artigo 13 da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibilizou aos acionistas: (i) a proposta de remuneração dos administradores; e (ii) as informações indicadas no item 8 do formulário de referência, as quais constam do Anexo 4 a esta Proposta e Manual.

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2023

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	1.537	367	5.146	7.050
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	585	585
Outros	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	2.678	2.678
Bônus de Longo Prazo**	1.793	-	2.033	3.826
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				
Benefício Pós-emprego	-	-	475	475

BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.793	-	-	-
Total	3.330	367	10.917	14.614

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

** Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

*** Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

V.2. Detalhamento sobre as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária:

1. Eleger 02 (dois) membros do Conselho de Administração, face às renúncias apresentadas, para complementação do mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) de 2024;

Nos termos do artigo 15, §6º do Estatuto Social, qualquer membro do Conselho de Administração eleito em outra data que os demais membros, terá o prazo de gestão findo com o término do período dos conselheiros remanescentes.

- Quais são os candidatos indicados pela atual administração da Companhia para a composição do Conselho de Administração?

Nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações sobre os candidatos indicados por acionistas ou pela administração para membros do Conselho de Administração, que são exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência previsto pela Resolução CVM 80, incluindo os seus respectivos currículos, constam do Anexo 6 à presente Proposta da Administração.

As indicações para os cargos elegíveis do Conselho de Administração devem respeitar os requisitos e as vedações legais, incluindo, mas não se limitando ao artigo 146 em conjunto com o artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e Resolução CVM 80.

- Como poderão ser eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia?

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser realizada por meio de 02 (dois) sistemas de votação, quais sejam: (i) via processo de votação individual, na qual os novos são indicados às vagas do Conselho; ou (ii) por processo de voto múltiplo (“Processo de Voto Múltiplo”), conforme descrito abaixo.

- (i) Processo de votação individual

Caso os acionistas da Companhia não tenham solicitado a adoção do Processo do Voto Múltiplo, a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser realizada pelo processo individual, ou seja, a eleição ocorrerá por candidato.

- (ii) Processo de voto múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários. Visa a aumentar as chances do acionista de garantir sua representatividade no Colegiado.

Acionistas da Companhia, representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 70/22.

De acordo com o Artigo 141 e respectivos parágrafos da LSA, acionistas que pretendam requerer a utilização do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo à Companhia em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária.

2. Eleger o Presidente do Conselho de Administração entre todos os membros do Conselho de Administração, em face da renúncia apresentada pelo Sr. Marcelo Gasparino da Silva, para complementação do mandato que se encerrará na AGO de 2024;

O Presidente do Conselho de Administração será eleito pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 17, caput do Estatuto Social da Companhia.

- Proposta da Administração

A Administração da Companhia indica Sr. Fausto de Andrade Ribeiro à Presidência do Conselho de Administração da Eternit.

VII. ANEXOS

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia preparadas pela Administração da Eternit, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, foram disponibilizados no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 14/02/2023, e publicados no jornal “Valor Econômico” e “Valor Econômico Online” ambos em 17/02/2023.

O formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP do exercício findo em 31/12/2022 foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.eternit.com.br), no site da CVM e da B3, por meio do Sistema Empresas.NET, em 14/02/2023.

A Companhia apresenta os demais documentos referentes às matérias que serão deliberadas:

ANEXO 1

2. COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**2.1 Os Diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais****EXERCÍCIO SOCIAL CONSOLIDADO ENCERRADO EM 31/12/2022**

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

O exercício de 2022 foi marcado pelo recuo de 7% no faturamento da indústria de materiais de construção, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMAT, fruto de um cenário de elevação no endividamento das famílias, reduzindo ainda mais a renda disponível em função do maior comprometimento com gastos com alimentação.

A Eternit demonstrou resiliência no seu desempenho nesse cenário desafiador, registrando um crescimento de 6% no seu Faturamento Líquido frente a 2021. O EBITDA Recorrente totalizou R\$ 186 milhões, resultando uma margem EBITDA Recorrente de 16%. Da mesma forma, foi auferido um Lucro Líquido de R\$ 138 milhões

Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em agosto de 2022, foi concluído o processo de aquisição da Confibra pelo montante de R\$ 110 milhões, recurso obtido, por meio da captação realizada através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada. A aquisição da Confibra representa um adicional de capacidade mensal de 13 mil t de telhas de fibrocimento.

Ao longo de 2022, o projeto greenfield da unidade de telhas de fibrocimento em Caucaia-CE obteve junto ao Governo do Estado do Ceará os benefícios fiscais do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – CDI no âmbito do Programa de FDI/PROVIN. O projeto encontra-se em implantação, tendo sido concluída a etapa de terraplenagem, iniciada as obras de infraestrutura (civil, elétrica e hidráulica) e compromissado 35% do orçamento de máquinas e equipamentos. A nova unidade industrial terá capacidade inicial de 6,5 mil toneladas por mês e a conclusão da construção da fábrica está prevista para o segundo semestre de 2023.

Dando continuidade ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, a Companhia concluiu as ampliações das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, que juntas representam um adicional de produção de cerca de 7 mil t/mês.

Em relação a ampliação da unidade de PP em Manaus, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno, as atividades do projeto de desgargalamento estão dentro do cronograma, sendo que os equipamentos já foram adquiridos e os serviços de instalação estão em fase de contratação. A ampliação da capacidade desta unidade representará uma adicional de cerca de 40% da capacidade atual, volume destinado ao abastecimento da Confibra e do projeto greenfield do Ceará. A conclusão da ampliação da fábrica de Manaus está prevista para o final de 2023.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Dando continuidade ao programa de desenvolvimento da tecnologia das telhas solares, a Companhia obteve a concessão de nova Patente de Invenção (“Célula Fotovoltaica Encapsulada”), promoveu o lançamento de quatro novos modelos de telhas solares de concreto durante a feira Intersolar South America e realizou a instalação do primeiro projeto piloto de telha fotovoltaica de fibrocimento F-140, em um galpão de confinamento de bovino no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2022, foram comercializadas cerca de 200 kWp das telhas solares de concreto, produto que cumpriu as etapas de desenvolvimento e encontra-se liberado para vendas sem restrição.

No fechamento de 2022, a dívida concursal da Eternit totalizou cerca de R\$ 39 milhões, dos quais cerca de R\$ 33 milhões se referem ao empréstimo contratado junto ao Banco da Amazônia para implantação da unidade da Eternit em Manaus, responsável pela produção da fibra de polipropileno. Para o encerramento da Recuperação Judicial, a Companhia aguarda o desfecho do julgamento do Recurso Especial interposto perante o STJ, visando o restabelecimento das condições de pagamento dos credores trabalhistas previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia geral de credores.

Finalmente, a Companhia aprovou uma política de dividendos e JCP que estabelece declarações trimestrais, com pagamentos semestrais. Dessa forma, durante o ano de 2022, a Eternit declarou cerca de R\$ 38 milhões em JCP, referentes aos resultados auferidos neste exercício, representando a remuneração bruta de R\$ 0,61/por ação.

EXERCÍCIO SOCIAL CONSOLIDADO ENCERRADO EM 31/12/2021

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

O ano de 2021 foi marcado pelo excelente desempenho operacional e financeiro da Companhia, impulsionado pela demanda aquecida do setor de material de construção, o que proporcionou um crescimento de 64% no seu Faturamento Líquido. Apesar da forte pressão dos preços de matérias-primas e demais insumos de produção, a Eternit demonstrou resiliência no seu desempenho, sustentada pela estratégia comercial de pulverização das vendas e aumento de cobertura geográfica.

Em 2021, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 337 milhões, registrando um dos melhores resultados da história da Companhia e superando em 176% o valor de 2020. A Margem EBITDA Ajustado alcançou 30%, a melhor performance em dez anos, superando em 10 p.p. o desempenho de 2012, o segundo melhor resultado do período. Da mesma forma, foi contabilizado um Lucro Líquido de R\$ 269 milhões, representando um expressivo crescimento de 70% em relação ao desempenho do ano anterior.

Dando continuidade ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, a Companhia prosseguiu com as ampliações das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, dentre outros projetos, que juntas representarão um adicional na capacidade produtiva de 7 mil toneladas por mês, cerca de 10% da capacidade atual da Eternit. A conclusão da ampliação da fábrica do Rio de Janeiro está prevista para o 1T22 e da fábrica de Goiânia para o 2T22.

No 3T21, foram realizadas as primeiras vendas das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10, ainda de forma restrita a projetos selecionados, sendo cumprida mais uma etapa importante do programa de desenvolvimento do negócio. Em dezembro, a telha fotovoltaica de fibrocimento F-140 teve seu registro homologado pelo Inmetro, cumprindo assim a etapa final do processo de registro do novo produto.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, em 2021, procedeu-se a liquidação financeira da alienação da UPI Louças Sanitárias (CSC) e a alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 122 milhões. Os recursos levantados foram destinados à quitação dos credores concursais da Opção A e B da Classe III, totalizando pagamentos no montante de R\$ 100,5 milhões. Assim, a dívida concursal da Eternit ao final do exercício de 2021 totalizou cerca de R\$ 45 milhões, dos quais R\$ 37 milhões se referem ao empréstimo contratado em 2014 junto ao Banco da Amazônia – BASA para implantação da unidade de fibra de polipropileno da Eternit Amazônia.

Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em março, foi realizada a captação de R\$ 110 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, sendo os recursos destinados à aquisição da Confibra. Em janeiro/22, a Companhia informou ao mercado através de Fato Relevante a celebração do contrato de compra e venda para aquisição da totalidade do capital social da Confibra. A aquisição representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento do Grupo Eternit.

Em novembro, foi anunciada a implantação de uma nova fábrica de telhas de fibrocimento na região Nordeste do país, na cidade de Caucaia-CE, representando um investimento de cerca de R\$ 165 milhões, com início de operação prevista para 2023. A nova unidade industrial terá capacidade inicial de 7 mil toneladas por mês, sendo possível, em uma segunda etapa, a sua duplicação utilizando a infraestrutura ora em construção.

A produção da fibra sintética de polipropileno (PP) na unidade de Manaus, insumo para produção de fibrocimento, totalizou 12 mil toneladas em 2021, registrando novo recorde de produção, 25% acima da capacidade de projeto. Diante da demanda aquecida no segmento de fibrocimento, da aquisição da Confibra e do projeto *greenfield* do Ceará, a Companhia anunciou ao mercado, em janeiro/22, a ampliação de capacidade da unidade de Manaus para 18.000 mil t/a, representando um adicional de cerca de 40% da capacidade atual. A conclusão da ampliação da fábrica de Manaus está prevista para o final de 2023, com investimento estimado de R\$ 24 milhões.

Por fim, após um período de seis anos, a Companhia voltou a realizar pagamento de juros sobre capital próprio aos seus acionistas, tendo distribuído no mês de dezembro R\$ 14,8 milhões.

EXERCÍCIO SOCIAL CONSOLIDADO ENCERRADO EM 31/12/2020

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

O ano de 2020 foi marcado pelos impactos da pandemia da COVID-19 e seus efeitos na atividade econômica global. Diante deste cenário, a Companhia implementou ações que privilegiaram o fortalecimento de sua posição de caixa e liquidez, assim como a preservação dos postos de trabalho.

Os meses de março e abril foram críticos, com recuo generalizado nas vendas, culminando com a paralisação em abril das atividades da controlada CSC, com atuação no mercado de louças sanitárias, cujos resultados negativos persistentes se agravaram com a pandemia.

Mesmo com toda adversidade e incertezas no ambiente macroeconômico, o setor da construção civil foi favorecido pela queda da taxa básica de juros, pelo auxílio emergencial do Governo Federal e pela manutenção

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

das lojas de materiais de construção abertas durante o período de isolamento social em grande parte dos municípios brasileiros.

O bom momento do mercado registrado a partir de junho pode ser capturado pela Companhia em decorrência da recuperação da performance operacional das fábricas de telhas de fibrocimento, a partir de 2019, após a consolidação da mudança tecnológica com a completa substituição do crisotila por fibras sintéticas de polipropileno, produzidas na unidade de Manaus.

O ano também foi caracterizado pela conclusão do processo de reestruturação da Companhia, que concentrou seu portfólio no segmento de coberturas, em especial telhas de fibrocimento, com produção integrada de fibra de polipropileno. Em consequência desse novo desenho, foram alienadas as unidades de louças sanitárias e rotomoldagem, além de ativos não operacionais.

Em abril, foi realizada a captação de R\$ 46,6 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, visando a realização de projetos considerados estratégicos para a Companhia: (i) implantação de unidade de demonstração para produção de telhas fotovoltaicas, na Tégula em Atibaia, para comprovação de sua tecnologia pioneira; e (ii) programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, contemplando a produção de telhas, moldados, sistemas construtivos e fibras de polipropileno, com foco no ganho de eficiência, qualidade de produto, aumento de capacidade e redução de custos.

Com relação ao desenvolvimento de telhas fotovoltaicas, a Companhia obteve o registro do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para a telha de concreto BIG-F10 e, no mês de dezembro, foram instalados os primeiros projetos-piloto com o produto visando a comprovação de desempenho e durabilidade em aplicações reais.

Com o advento da lei do Estado de Goiás nº 20.514, que autoriza para fins exclusivos de exportação a extração e o beneficiamento de amianto da variedade crisotila, a mineradora SAMA retornou parcialmente com suas atividades ao longo do ano, culminando com a retomada da atividade de remoção de estéril para liberação de minério em novembro.

No âmbito da Recuperação Judicial, a Companhia vem cumprindo com os compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Nesse sentido, foram alienados parte dos ativos listados no PRJ, com destaque para venda da UPI Louças Sanitárias, contendo os ativos da controlada CSC, pelo valor de R\$ 102 milhões, sendo o recurso obtido destinado ao pagamento dos credores concursais da Classe III.

Como resultado das diversas ações empreendidas, a Companhia alcançou no exercício de 2020 um lucro líquido de R\$ 158,7 milhões, revertendo um quadro de prejuízos anuais vigente a partir de 2016.

b) Estrutura de capital

	Consolidado - R\$ mil					
	2022		2021		2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Capital próprio	676.298	55,3	563.355	56,9	215.011	28,9
Capital de terceiros	545.969	44,7	448.576	43,1	530.257	71,1
Total	1.222.267	100,0	1.011.931	100,0	745.268	100,0

EXERCÍCIO 2022

Na comparação de 2021 para 2022, o capital próprio da Companhia aumentou em R\$ 112.943 mil, decorrentes da constituição de reservas de lucro (R\$ 88.815), constituição de reservas de incentivos fiscais (R\$ 11.166) e de outros resultados abrangentes fruto da remensuração dos planos de assistência médica e de alimentação de ex-colaboradores da Companhia (R\$ 12.963). Para o lucro do exercício de R\$ 138 milhões, contribuíram: (i) desempenho financeiro e operacional no segmento de fibrocimento; (ii) aumento no volume de exportações do mineral crisotila; e (iii) eventos não recorrentes, tais como: venda de ativos imobilizados não operacional (R\$ 14,5 milhões); e receita de créditos tributários extemporâneos (R\$ 5 milhões).

O capital de terceiros apresentou aumento de R\$ 97.393 mil na comparação com 2021, principalmente, devido à contratação do FINAME junto ao Banco Daycoval (R\$ 31 milhões), desconto de recebíveis de exportação na modalidade de ACE (R\$ 20 milhões) e contas a pagar relativo a ajuste de preço decorrente de capital de giro na aquisição da Confibra (R\$ 25 milhões). O aumento do endividamento se deve ao reforço de capital de giro para fazer frente aos investimentos estratégicos da Companhia,

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com um caixa líquido positivo de 28 milhões, frente a uma posição de R\$ 182 milhões registrada no exercício social de 2021.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

EXERCÍCIO 2021

Na comparação de 2020 para 2021, o capital próprio da Companhia aumentou em R\$ 348.344 mil, decorrentes do lucro líquido do exercício (R\$ 269.377), constituição de reservas de incentivos fiscais (R\$ 49.241) e do valor líquido do aumento de capital social pela subscrição privada e redução de capital social pela absorção de prejuízos acumulados (R\$ 52.545). Para o lucro do exercício de R\$ 269 milhões, contribuíram: (i) o crescimento no volume de vendas e margem de preço do fibrocimento; (ii) aumento no volume de exportações do mineral crisotila e (iii) reconhecimento de créditos tributários extemporâneos.

O capital de terceiros apresentou redução de R\$ 81.681 mil na comparação do mesmo período, principalmente, devido à quitação da dívida concursal dos credores da Opção A e B da Classe III. O montante pago aos credores totalizou cerca de R\$ 101 milhões.

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um caixa líquido de 181,5 milhões, frente a uma posição de R\$ 14,8 milhões registrada no exercício social de 2020.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

EXERCÍCIO 2020

Na comparação de 2019 para 2020, o capital próprio da Companhia aumentou em R\$ 217.789 mil, revertendo o Patrimônio Líquido negativo no encerramento de 2019, sendo cerca de R\$ 47 milhões decorrentes do aumento de capital por subscrição privada, R\$ 12 milhões de resultado abrangente referente à diminuição da provisão de benefício a ex-empregados e R\$ 159 milhões de lucro do exercício. Para o lucro do exercício de R\$ 159 milhões, contribuíram: (i) o crescimento no volume de vendas e margem de preço do fibrocimento; (ii) a retomada da Sama; (iii) a reversão de impairment da UGC de Fibrocimento; e (iv) o reconhecimento de créditos extemporâneos.

O capital de terceiros, composto por 42% com liquidação a curto prazo e 58% a longo prazo, apresentou redução de R\$ 18.108 mil na comparação do mesmo período, sendo a variação mais relevante:

- Empréstimos e financiamentos de curto prazo: redução de R\$ 49.812 mil devido à quitação ao longo do quarto trimestre de 2020 da dívida bancária de curto prazo relacionada a operações de trading finance (desconto de duplicatas, ACE etc.).

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com um caixa líquido de 14,8 milhões, revertendo a posição de dívida líquida de R\$ 104,2 milhões no encerramento de 2019.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia dará prosseguimento a todos os seus compromissos financeiros com prazos e procedimentos pré-definidos, inclusive as obrigações constantes do conforme o Plano de Recuperação Judicial aprovado em Assembleia Geral de Credores.

Desta forma, sua capacidade de pagamento aos compromissos financeiros assumidos, medida por meio do índice de liquidez corrente é de 2,5 em 2022, 3,5 em 2021 e 2,2 em 2020.

Os compromissos com instituições financeiras (financiamento oneroso) eram de R\$ 84.591 mil no encerramento do exercício de em 2022, R\$ 37.395 mil em 2021 e R\$ 66.388 mil em 2020, representando 12,5% do Patrimônio Líquido (“PL”) em 2022, 6,6% em 2021 e 30,9% do PL em 2020.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Fiança bancária, no montante de R\$ 1.440, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do pagamento de execução fiscal nº 0486287-42.2009.8.09.0103, que tramita perante a Vara de Fazendas Públicas da Comarca de Minaçu, ajuizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, firmado com a Sama S.A., com vencimento indeterminado;
- (ii) Fiança bancária, no montante de R\$ 4.456, junto ao Banco Bradesco S.A. para garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás;

- (iii) Seguro garantia, no montante de R\$ 6.350, junto a Pottencial Seguradora S.A para amparar a ação anulatória nº 0068035-46.2015.4.03.6182 referente a cobrança de débitos fiscais de CSLL e COFINS, com vigência de 04 de maio de 2022 a 04 de maio de 2027;
- (iv) Seguro garantia, no montante de R\$ 374, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Simões Filho - BA), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (v) Em dezembro de 2014, a controlada Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R\$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário, com o Banco da Amazônia, para implementar sua fábrica em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, sendo seu valor de custo no montante de R\$ 62.500;
- (vi) Em 23 de fevereiro de 2018 a Eternit apresentou garantia com a fábrica Simões Filho no valor de R\$ 35.700 com sua vigência indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº. 0000883-76.2017.5.05.0101. Mandado de penhora recebido em 06/05/2022, atualizando o valor do imóvel penhorado para R\$ 42.635.000,00.
- (vii) Seguro garantia, no montante de R\$ 680, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo - PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.054, junto a Pottencial Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro - RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023;
- (ix) Fiança Bancária, no montante de R\$ 313, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário - FII o beneficiário, com vigência até 31 de janeiro de 2023;
- (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.821, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 19 de janeiro de 2022 a 09 de fevereiro de 2023;
- (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição – Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023;
- (xii) Seguro Garantia no montante de R\$ 520, junto a Pottencial Seguradora, destinada ao Processo Judicial nº 0068035-46.2015.4.03.6182, Processo Administrativo nº.16306.000206/2009-81, 10880.968880/2010-99 e 10880.977187/2011-98, CDA nº 80.6.15.066685-39, 80.6.15.068746-00. Trata-se de execução fiscal para suposta cobrança de débitos perante a 5ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo, com vigência 12 de abril de 2021 a 12 de abril de 2026;
- (xiii) Seguro Garantia no montante de R\$ 407, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e

acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0051104-28.2020.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 19 de julho de 2021 a 19 de julho de 2026;

- (xiv) Seguro Garantia no montante de R\$ 332, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Execução Fiscal nº 0015609-83.2021.8.19.0001, promovida pela FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face do tomador, em trâmite perante a 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, com vigência de 07 de julho de 2021 a 07 de julho de 2026;
- (xv) Fiança no montante de R\$ 150, junto Eccount S/A, que garante as obrigações assumidas pela Sam S/A – Minerações Associadas, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento em relação aos pagamentos dos valores concedidos pelo Beneficiário, TCP TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ S.A, e que não tenham sido liquidados na forma prevista no Acordo Operacional, para prestação de serviços de estufagem de containers pelo Beneficiário, com vigência de 22 de outubro de 2021 a 22 de outubro de 2023;
- (xvi) Seguro Garantia no montante de R\$ 414, junto a Fairfax Seguradora S.A, para o pagamento do valor total do débito em discussão, nela compreendido o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais, objeto da Reclamação Trabalhista nº 0010573-94.2019.5.03.011 e Cumprimento Provisório de Sentença nº 0010144-25.2022.5.03.011, promovida por MARCOS LUIZ MARTINS PEREIRA em face de ETERNIT S/A, em trâmite perante a 11ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE/MG, com vigência de 01 de junho de 2022 a 01 de junho de 2025.

d) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes utilizadas; e

e) Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

	Consolidado - R\$ mil		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	26.296	3.911	-
	=	=	=
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	58.295	33.485	66.388
Total	<u>84.591</u>	<u>37.396</u>	<u>66.388</u>

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

- (i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes,
- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras,
- (iii) grau de subordinação entre as dívidas;
- (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos

valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições; e

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado					
	31/12/22		31/12/21		31/12/20	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	26.296	58.295	3.911	33.485	-	66.388
Total		84.591		37.396		66.388

A dívida bruta referente ao ano de 2022 é composta da seguinte forma:

- O valor de R\$ 33.459 apresentado no consolidado refere-se ao financiamento junto ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II do Plano de Recuperação Judicial, com encargos financeiros de 8,24% a.a. e bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento, ou seja, 7% a.a. . O saldo remanescente será pago em 102 parcelas e será liquidado no ano de 2031;
- Operação financeira relativo ao desconto de recebíveis de exportação através do produto (ACE – Adiantamento sobre Cambiais de Exportação) junto ao Banco Safra (R\$20.139 e taxa média de juros 6,3800 a.a.).
- A dívida bruta no valor de R\$ 30.993 apresentado na controladora refere-se ao financiamento junto ao Banco Daycoval (FINAME), sobretaxa selic + SPREAD bancário de 4,80% a.a. e com carência de 12 meses do principal havendo apenas amortização de juros trimestrais no período. O saldo remanescente será pago em 60 meses.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras (“covenants”).

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais variações nas rubricas do balanço patrimonial foram comentadas nos itens 2.1 (a) e (b).

2.2 Resultado operacional e financeiro:
a) Resultados das operações da Companhia

As principais variações nas demonstrações de resultado do respectivo exercício são comentadas a seguir:

	Consolidado - R\$ mil		Variação
	2022	2021	%
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.443.665	1.393.132	3,6
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(256.282)	(532.764)	-51,9
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.187.383	1.123.125	5,7
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(815.442)	(632.075)	29,0
LUCRO BRUTO	317.941	491.050	-24,3
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas*	(108.640)	(94.141)	15,4
Gerais e administrativas e Remuneração da Administração	(102.647)	(96.855)	6,0
Resultado financeiro líquido	(11.600)	1.375	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15.950	45.595	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	165.004	347.024	-52,0
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(27.291)	(77.578)	-63,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	137.602	269.337	-48,9

- **Receita operacional líquida:**

Em 2022, a Receita Líquida totalizou cerca de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 6% em relação ao ano de 2021, sendo o mercado interno responsável por 69% do total da receita auferida.

Em relação ao mercado interno, a Receita Líquida em 2022 totalizou cerca de R\$ 814 milhões, recuo de 5% frente ao mesmo período de 2021, reflexo da queda no volume de vendas de fibrocimento decorrente da desaceleração do setor de materiais de construção.

No mercado externo, as exportações da fibra do crisotila, totalizaram cerca de R\$ 373 milhões em 2022, crescimento de 39% em relação ao período de 2021, reflexo do realinhamento dos preços de exportação e do crescimento no volume de vendas.

- **Lucro bruto:**

Em 2022, a Companhia registrou um Lucro Bruto de R\$ 372 milhões, retração de 24% frente ao desempenho registrado em 2021, com o segmento de fibrocimento representando 52% do resultado.

Em função da alta dos preços das matérias-primas, em especial no segmento de fibrocimento, a Margem Bruta apurada no período foi de 31%, recuo de 13 p.p quando comparada com 2021.

- Despesas operacionais:

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 109 milhões em 2022, superior em 15% frente ao ano de 2021. O aumento nas despesas comerciais, se deve, principalmente à incorporação da Confibra a partir de agosto (R\$ 6,5 milhões) e à elevação das despesas variáveis de exportações decorrente do aumento no volume de vendas no segmento do Mineral Crisotila (R\$ 7,5 milhões).

Entretanto, quando as despesas com vendas são analisadas em relação a Receita Líquida, mesmo após a incorporação da Confibra, observa-se que, em 2022, as despesas comerciais mantiveram-se praticamente no mesmo patamar verificado em 2020 e 2021.

Consolidado - R\$ mil	2018	2019	2020	2021	2022	Var. % 2022 x 2021
Receita Líquida	536.905	488.671	683.423	1.123.125	1.187.383	5,7
Despesas com vendas	71.903	50.698	60.499	94.141	108.640	15,4
% da Receita Líquida	13%	10%	9%	8%	9%	1 p.p.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 103 milhões em 2022. O crescimento de 5,8 milhões frente ao ano de 2021 é fruto, principalmente, da incorporação da Confibra a partir de agosto (R\$ 1,1 milhão) e do aumento das despesas com mão de obra e serviços, decorrente da inflação do período (R\$ 5,5 milhões).

Outras receitas/despesas operacionais

As Outras Receitas/(Despesas) Operacionais totalizaram um resultado positivo de R\$ 16 milhões no exercício de 2022, com destaque para a venda de ativo imobilizado não operacional (R\$ 14,5 MM) realizada no 1T22 e pela contabilização de créditos tributários extemporâneos (R\$ 2 milhões).

- Resultado financeiro líquido:

Em 2022, a aplicação da disponibilidade de caixa da Companhia, originada nas captações para investimento, proporcionou uma receita financeira de R\$ 14,9 milhões, favorecido pela elevação da taxa SELIC.

A Companhia contabilizou um resultado financeiro negativo de 11,6 milhões em 2022, refletindo sobretudo, a variação cambial negativa de R\$ 13 milhões incorrida principalmente no 1T22, decorrente do efeito da apreciação do Real frente ao dólar sobre os recebíveis em moeda estrangeira da Sama. A Companhia passou a contratar hedge a partir de março/22, utilizando a trava cambial como mecanismo de proteção.

	Consolidado - R\$ mil		Varição
	2021	2020	%
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.393.132	860.368	61,9
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(532.764)	(176.945)	201,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.123.125	683.423	64,3
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(632.075)	(456.079)	38,6
LUCRO BRUTO	491.050	227.344	116,0
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	(94.141)	(60.499)	55,6
Gerais e administrativas e Remuneração da Administração	(96.855)	(82.320)	17,7
Resultado financeiro líquido	1.375	5.037	-72,7
Outras receitas (despesas) operacionais	45.595	104.089	-56,2
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	347.024	193.651	79,2
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(77.578)	(34.918)	122,2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	269.337	158.751	69,7

- Receita operacional líquida: A Receita Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2021, aumento de 64% frente ao ano de 2020, tendo como destaque o bom desempenho no mercado interno, que atingiu uma Receita Líquida de R\$ 854 milhões em 2021, superior em 55% quando comparada ao ano de 2020.
- Lucro bruto: Apesar da forte alta nos preços das matérias-primas, o Lucro Bruto atingiu R\$ 491 milhões em 2021, superior em 116% frente ao desempenho registrado em 2020.
- Despesas operacionais: Em 2021, as despesas com vendas cresceram 56% em relação ao ano de 2020 totalizando R\$ 94 milhões, fruto, principalmente, do aumento no volume de vendas nos segmentos de fibrocimento e mineral crisotila e da elevação das despesas variáveis de exportações. As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 97 milhões em 2021. A alta de 18% em relação ao ano de 2020 é decorrente, principalmente, do aumento na provisão de remuneração variável para colaboradores e administradores e devido à redução temporária de salários ocorrida no exercício de 2020, decorrente da aplicação da MP 936/2020 em função da pandemia da COVID-19. As Outras Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram um resultado positivo de R\$ 46 milhões no período de 2021, favorecidas pela venda do imóvel de Aparecida de Goiânia (R\$ 24 milhões), no âmbito do plano de recuperação judicial, pela contabilização de créditos tributários extemporâneos (R\$ 12 milhões) e pela reversão de contingências (R\$ 11 milhões).
- Resultado financeiro líquido: No ano de 2021, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 1,4 milhão, principalmente em decorrência dos rendimentos da aplicação financeira da disponibilidade de caixa e da inexistência de captações de curto prazo para financiamento de capital de giro

	Consolidado - R\$ mil		Variação
	2020	2019	%
RECEITA BRUTA DE VENDA DE PRODUTOS E MERCADORIAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	860.368	638.757	34,7
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(176.945)	(150.086)	17,9
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	683.423	488.671	39,9
CUSTOS DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(456.079)	(420.101)	8,6
LUCRO BRUTO	227.344	68.570	231,6
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	(60.499)	(50.698)	19,3
Gerais e administrativas e Remuneração da Administração	(82.320)	(69.174)	19,0
Resultado financeiro líquido	5.037	7.038	(28,4)
Resultado da equivalência patrimonial	-	10.766	(100)
Outras receitas (despesas) operacionais	104.089	67.704	53,7
Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação	-	10.233	(100)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	193.651	44.439	335,8
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(34.918)	(57.065)	(38,8)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	158.751	(12.626)	=

- **Receita operacional líquida:** A receita líquida totalizou R\$ 683,4 milhões em 2020, crescimento de 40% frente a 2019, reflexo das vendas de telhas de fibrocimento (11,6%) e das exportações de crisotila.
- **Lucro bruto:** totalizou R\$ 227,3 milhões, um crescimento de 232%, e a margem bruta no período foi de 33%, 19 p.p. acima da registrada em 2019.
- **Despesas operacionais:** As “Despesas com vendas” registraram, em 2020, um aumento de R\$ 9,8 milhões frente 2019, decorrentes do crescimento das vendas (comissões: R\$ 3 milhões) e da retomada das exportações da SAMA (despesas de vendas variáveis: R\$ 7 milhões). As “Despesas gerais e administrativas” apresentaram um crescimento de R\$ 13,1 milhões no ano em relação a 2019, consequência, principalmente, de despesas decorrentes da reestruturação de portfólio da Companhia: (i) combinação de negócio da CSC (R\$ 3,1 milhões); (ii) comissão de intermediação na alienação da CSC (R\$ 4,3 milhões); e (iii) gastos com desmobilização da Precon visando alienação do terreno (R\$ 2,6 milhões). Em 2020, a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” contabilizou os efeitos não recorrentes da reversão de provisão de impairment do fibrocimento (R\$ 68,4 milhões) e da receita referente ao crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (R\$ 52,5 milhões).
- **Resultado financeiro líquido:** No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido registrou uma receita de R\$ 5,0 milhões, frente à receita de R\$ 7,0 milhões no ano de 2019. As “Despesas Financeiras” apresentaram uma redução de 38% em relação ao ano anterior, cerca de R\$ 4,0 milhões, consequência da queda dos juros da dívida concursal, indexada ao CDI, e dos juros de financiamento de capital de giro, culminando com a não

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

captação de recursos no 4T20. No ano, foi contabilizado na rubrica “Outras” a receita referente à correção monetária do crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, no montante de R\$ 24 milhões. Por outro lado, foram registradas as despesas referentes ao parcelamento de imposto de renda e juros sobre dilação de prazo de fornecedores em função da pandemia, no total de R\$ 10 milhões.

A receita líquida da Companhia foi distribuída da seguinte forma:

	CONSOLIDADO - R\$ mil					
	<u>2022</u>	<u>%</u>	<u>2021</u>	<u>%</u>	<u>2020</u>	<u>%</u>
Fibrocimento	781.140	66	837.049	75	519.989	76
Mineral crisotila	373.160	31	268.738	24	133.698	20
Telhas de concreto	21.725	2	16.719	1	15.315	2
Outros	11.358	<u>1</u>	619	-	14.421	<u>2</u>
Total	<u>1.187.383</u>		<u>1.123.125</u>	<u>100</u>	<u>683.423</u>	<u>100</u>
Mineral Crisotila						
Mercado Interno	0	0	0	0	0	0
Mercado Externo	373.160	<u>100</u>	268.738	<u>100</u>	133.698	<u>100</u>

Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas e peças complementares, sistemas construtivos e a fibra de polipropileno.

Mineral crisotila: inclui a extração, beneficiamento e exportação do mineral crisotila.

Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.

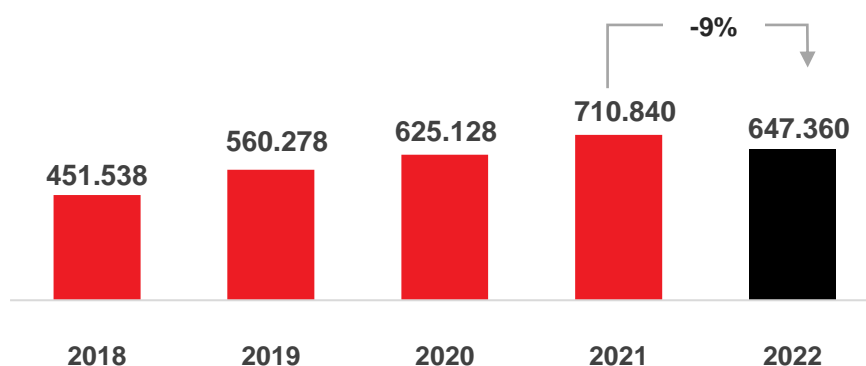
Outros produtos: inclui as vendas com as telhas fotovoltaicas, louças e metais sanitários, entre outros.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Eternit – Segmento Fibrocimento

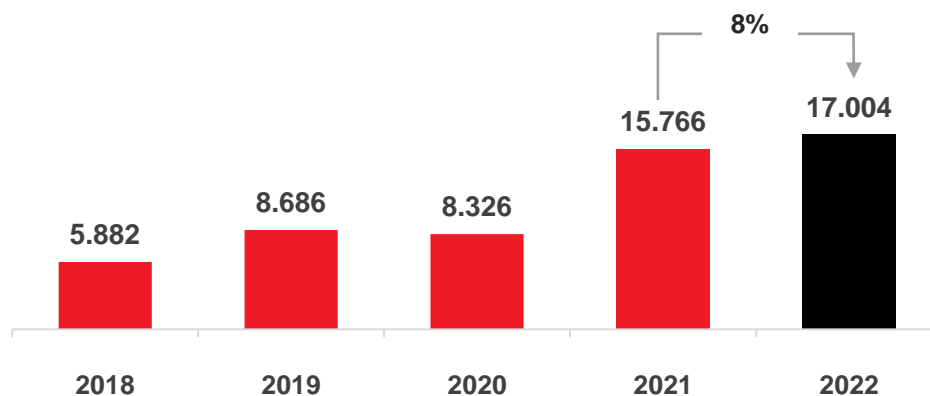
Em 2022, o volume vendido de telhas de fibrocimento somou aproximadamente 647 mil toneladas, já contempladas as vendas da Confibra no período de agosto a dezembro (57 mil t), registrando um recuo de 9% quando comparado com 2021, ano de desempenho recorde na indústria de materiais de construção.

Vendas Telha de Fibrocimento (t)



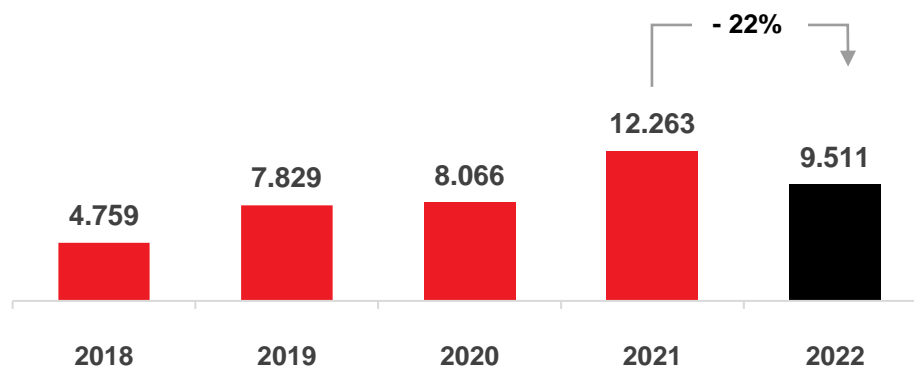
O segmento de sistemas construtivos, que abrange placas e painéis cimentícios, registrou em 2022 o crescimento nas vendas de 8%, totalizando cerca de 17 mil toneladas.

Vendas de Sistemas Construtivos (t)



Produzida em Manaus, a fibra de polipropileno (PP) é uma matéria-prima utilizada na fabricação de telhas de fibrocimento e sistemas construtivos, sendo a demanda cativa a sua principal destinação. Ao longo de 2022, foram produzidas cerca de 9,5 mil toneladas, recuo de 22% em comparação com o ano de 2021, reflexo da queda no volume de vendas de telhas de fibrocimento, que desacelerou principalmente no 2S22.

Produção de Fibra de PP (t)

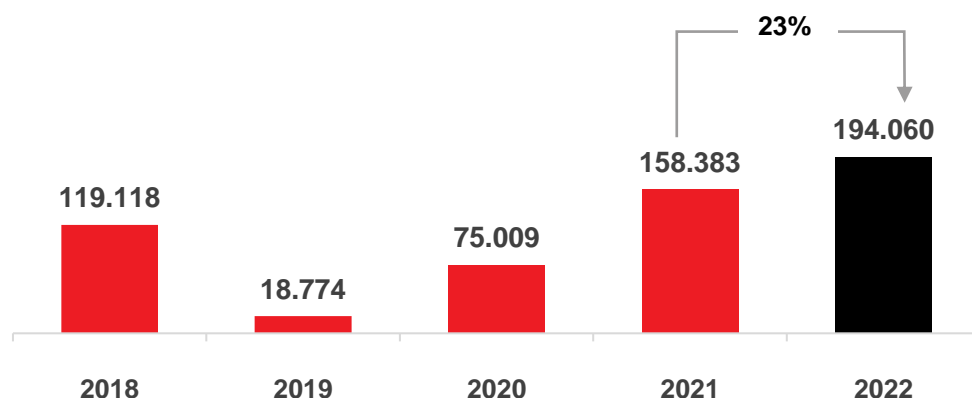


Sama – Segmento Mineral Crisotila

Em 2022, foram exportadas cerca de 194 mil toneladas de fibra crisotila, aumento de 23% frente a 2021, reflexo da elevação da demanda pelo produto da SAMA em virtude do conflito na Ucrânia.

Toda produção da fibra crisotila é destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

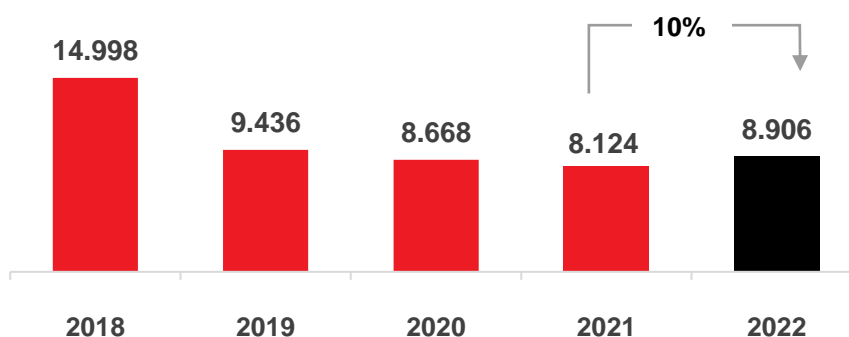
Vendas Mineral Crisotila (t)



Tégula – Segmento Telhas de Concreto

Em 2022, o volume vendido de telhas de concreto foi de cerca de 8,9 milhões de peças, superior em 10% quando comparado com o ano de 2021.

Vendas Telhas de Concreto (mil peças)



c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Seguem abaixo as principais taxas indexadoras presentes em nosso plano de negócios, dos últimos três exercícios sociais:

- i. Os contratos de prestação serviços são geralmente atualizados pelo IGPM/IPCA.
- ii. A massa salarial é atualizada pela pesquisa de mercado Hay e INPC.
- iii. Os insumos e matérias-primas são atualizados por negociação de mercado.
- iv. Taxas de câmbio: A Companhia possui ativos e passivos em moeda estrangeira e realiza o controle da exposição cambial, visando seu equilíbrio.
- v. Taxas indexadoras do Plano de Recuperação Judicial: (i) correção integral do CDI, e (ii) taxa pré fixada de 1% a.a.

Adicionalmente, a Companhia adquire matérias-primas com preços denominados em dólar americano, a saber: resina de polipropileno, para produção de fibra de polipropileno, e celulose branqueada, para produção de telha de fibrocimento.

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**Exercício social de 2022**

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2022 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Exercício social de 2021

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2021 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

“Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em

curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto”.

Ênfase

“Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto”.

Exercício social de 2020

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2020 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

“Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende do sucesso dos planos da Administração detalhados na referida nota explicativa e do cumprimento do Plano já aprovado pelos credores e publicado em 11 de junho de 2019. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto”.

Ênfase

“Chamamos atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda considerada como perda possível e/ou provável, porém, sem mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. A opinião dos auditores não está modificada em relação a esse assunto”.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a) introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 29 de julho de 2022, conforme divulgado em Fato Relevante, foi concluída a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas das ações representativas do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. (“Confibra”), empresa com atuação no mercado de telhas de fibrocimento desde 1973.

O objetivo da aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, o que representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento da Eternit. Além do aumento da capacidade produtiva, a aquisição, proporcionará ganhos de sinergia, aumento da escala de produção da Companhia e ocupação da unidade da Eternit da Amazônia, que passará a fornecer fibra de polipropileno para a Confibra.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais), pagos pela Companhia em uma única parcela à vista em 29 de julho de 2022.

O pagamento de um preço adicional (“earn out”) de até R\$ 10.000 (valor justo em 29 de julho de 2022 – R\$ 9.068) está vinculado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais, tendo o seu montante corrigido pela variação do IPCA/IBGE até a data do seu vencimento, previsto para abril de 2023.

Com base na revisão prévia realizada pela Companhia a estimativa é de cumprimento das metas, portanto a parcela adicional earn out foi acrescida ao preço de compra no momento inicial. Dessa forma, o preço total de compra é de R\$ 119.068 (cento e dezenove milhões e sessenta e oito mil reais).

E por fim, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças assinado entre os vendedores e a Eternit, a Companhia em 02/01/2023 realizou pagamento no montante de R\$ 25.295 mil referente ao excesso de capital de giro disponível na Confibra em 01/08/2022, data da assunção do controle acionário pela Eternit, superando o valor acordado entre as partes, com excedente de recebíveis, estoque de produtos, estoque de matéria-prima e caixa.

c) eventos ou operações não usuais

A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil

A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto n.º 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade.

De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos onze ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional.

Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado.

No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional.

Em função da publicação desta decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu as atividades de suas controladas SAMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento com utilização da fibra mineral). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente através da utilização da fibra sintética de polipropileno produzida na unidade de Manaus.

Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 - (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a utilização do produto.

Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho.

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de janeiro de 2019, o Grupo deixou de utilizar a crisotila como matéria-prima na fabricação de telhas de fibrocimento. Atualmente, a produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzidas em sua unidade de Manaus.

Em Fato Relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo Superior Tribunal Federal (“STF”) do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Sama continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila.

Ao longo de 2020, a Eternit informou ao mercado que a controlada Sama havia retomado suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518.

Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização da fibra mineral de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo.

Dessa forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200).

Em relação à controlada Precon, a empresa teve a sua operação descontinuada em função da proibição do uso da crisotila na fabricação de telhas de fibrocimento no território nacional. Assim, a Administração da Companhia decidiu pela desmobilização da fábrica e transferência dos equipamentos para as unidades da Eternit em Goiânia-GO e Colombo-PR, visando aumento na capacidade produtiva destas unidades. Em 2022, foi alienado o imóvel onde localizava-se a unidade industrial desmobilizada.

2.3 Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Exercício social de 2022

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2022 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Exercício social de 2021

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2021 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

“Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto”.

Ênfase

“Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto”.

Exercício social de 2020

O relatório do auditor independente relativo às demonstrações financeiras do exercício de 2020 não apresentou ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

“Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia (“Plano”) aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende do sucesso dos planos da Administração detalhados na referida nota explicativa e do cumprimento do Plano já aprovado pelos credores e publicado em 11 de junho de 2019. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto”.

Ênfase

“Chamamos atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda considerada como

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

perda possível e/ou provável, porém, sem mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. A opinião dos auditores não está modificada em relação a esse assunto”.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta e indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços.
- iv. Contrato de construção não terminada.
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há ativos e passivos detidos pela Companhia, direta e indiretamente, que não estejam descritas em seu balanço patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31/12/2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) Natureza e propósito da operação.
- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2022.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 200 milhões, sendo R\$ 110 milhões relativos à aquisição da Confibra, R\$ 57 milhões destinados a projetos estratégicos (programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, projeto greenfield em Caucaia-CE, ampliação da unidade de PP em Manaus-AM e telhas fotovoltaicas) e R\$ 33 milhões à continuidade operacional.

Telha Fotovoltaica

Ao longo de 2022 a Companhia realizou a instalação do primeiro projeto-piloto de telha fotovoltaica de fibrocimento F-140, com uma potência de 25,6kWp, equivalente à geração mensal de 3000kWh. O projeto foi instalado em um galpão de confinamento bovino no estado do Mato Grosso do Sul.

Durante a Instersolar South America, a Companhia realizou o lançamento de novos modelos de telhas fotovoltaicas de concreto: BIG-F11, versão mais potente da telha BIG (11Wp); BiG-F10C (10Wp), para telhados já existentes com galgas menores; e telhas Planas de (12Wp e 15Wp).

Em 2022, a Companhia realizou vendas das telhas solares de concreto, totalizando cerca de 202,4 kWp.

Modernização do Fibrocimento

Em 2022, a Eternit finalizou o programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, com a ampliação das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, que juntas representam um adicional na capacidade produtiva de cerca de 7 mil toneladas por mês.

Aquisição Confibra

No segmento de fibrocimento, a Eternit assumiu o controle da operação da Confibra em agosto/22 e iniciou diversas ações visando a captura das sinergias com as operações do Grupo. A aquisição da Confibra representa um adicional de cerca de 13 mil t/mês na capacidade de produção de telhas de fibrocimento e está em linha com a estratégia de crescimento e consolidação setorial, fortalecendo a posição da Eternit no estado de São Paulo, onde a Confibra possui forte presença.

Unidade *Greenfield* Caucaia-CE

O projeto da nova unidade de fibrocimento em Caucaia/CE prossegue com as atividades de implantação. Em 2022 as atividades de terraplenagem foram concluídas e no 4T22 foi iniciada as atividades da construção da infraestrutura (civil, elétrica e hidráulica). Em termos de suprimento, foi comprometido 35% do orçamento de máquinas e equipamentos. A conclusão da construção da fábrica está prevista para o 2S23.

Ampliação da unidade de fibra de polipropileno – Eternit Amazônia

As atividades do projeto de desgargamento da unidade de Manaus, responsável pela produção da fibra sintética de polipropileno, estão dentro do cronograma, sendo que os equipamentos já foram adquiridos e os serviços de instalação em fase de contratação.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em agosto/2022 a Eternit assumiu o controle da operação da Confibra, e os investimentos oriundos dessa aquisição totalizaram R\$ 119 milhões, sendo R\$ 110 milhões obtido por meio da captação realizada através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada.

Em outubro/2022, a Eternit contratou linha de financiamento FINAME no montante de R\$ 30 milhões junto ao Banco Daycoval.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há em curso desinvestimentos relevantes.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em março de 2021, foi realizada a captação de R\$ 110 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, sendo os recursos destinados à aquisição da Confibra Indústria e Comércio Ltda.

Em janeiro/22, a Companhia informou ao mercado através de Fato Relevante a celebração do contrato de compra e venda para aquisição da totalidade do capital social da Confibra. A aquisição representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento do Grupo Eternit.

O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110 milhões (cento e dez milhões de reais). Adicionalmente, os vendedores terão direito ao recebimento de *earnout* no valor de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigido pela variação do IPCA/IBGE, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2022.

Após a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a Companhia concluiu em 29/07/2022 à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Confibra Indústria e Comércio Ltda. (“Confibra”).

Em 02/01/2023, a Companhia realizou pagamento no montante de R\$ 25.295 mil referente ao excesso de capital de giro disponível na Confibra em 01/08/2022, data da assunção do controle acionário pela Eternit, superando o valor acordado entre as partes, com excedente de recebíveis, estoque de produtos, estoque de matéria-prima e caixa

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Telhas Fotovoltaicas

Dando continuidade ao programa de desenvolvimento da tecnologia das telhas solares, a Companhia obteve a concessão de nova Patente de Invenção (“Célula Fotovoltaica Encapsulada”), promoveu o lançamento de quatro novos modelos de telhas solares de concreto durante a feira Intersolar South America e realizou a instalação do primeiro projeto piloto de telha fotovoltaica de fibrocimento F-140, em um galpão de

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

confinamento de bovino no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2022, foram comercializadas cerca de 200 kWp das telhas solares de concreto, produto que cumpriu as etapas de desenvolvimento e encontra-se liberado para vendas sem restrição.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Para fazer frente ao investimento, a Companhia captou, por meio de subscrição privada, R\$ 5,8 milhões destinados à construção da unidade fabril, instalação de projetos piloto de aplicação do produto e gastos com P&D.

No encerramento de 2022, o montante imobilizado no projeto de telhas fotovoltaicas totalizou R\$ 16.646 mil.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens desta seção.

ANEXO 2

ANEXO A
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 137.602 mil (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e dois mil reais).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Total a ser distribuído: R\$ 37.622 mil a título de Juros sobre Capital Próprio, sendo: (i) R\$ 18.401 declarados em 2022 e pagos em 20/09/2022 e (ii) R\$ 19.221 mil declarados em 2022, R\$ 8.651 mil em 08/11/2022 e R\$ 10.570 mil em 13/12/2022, a serem pagos em 31/03/2023. O valor de JCP bruto por ação totalizou R\$ 0,609091, representando um valor líquido de R\$ 0,558762.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuídos de dividendos e JCP líquido do exercício é de 29%.

Lucros à destinar 2022 - R\$mil	
Lucro do exercício	137.602
(-) Deduções (Lei S.A)	(18.046)
Reserva de incentivos fiscais	(11.166)
Reserva legal (5%)	(6.880)
Lucro à destinar após reservas	119.556

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Em 2021, o valor distribuído de dividendos/JCP totalizou R\$ 39.238 correspondente a R\$ 0,635260 por ação.

Não houve distribuição de dividendos nos exercícios sociais encerrados em 2020 e 2019.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor de JCP já declarados:

Ações Ordinárias/JCP bruto R\$ 0,609091 por ação;
Ações Ordinárias/JCP líquido R\$ 0,558762 por ação.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Montante de R\$ 37.622 mil a título de Juros sobre Capital Próprio, sendo: R\$ 18.401 mil pagos em 20/09/2022 e R\$ 19.221 mil declarados no exercício de 2022 que serão pagos em 31/03/2023.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 1º semestre de 2022: R\$ 18.401 mil (declaração em 09/08/2022, data ex-provento 15/08/2022);

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 3º trimestre de 2022: R\$ 8.651 mil (declaração em 08/11/2022, data ex-provento 14/11/2022);

Juros sobre Capital Próprio relativos ao 4º trimestre de 2022: R\$ 10.570 mil (declaração em 13/12/2022, data ex-provento 20/12/2022).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 18.401 mil;

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 8.651 mil;

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 10.570 mil;

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 18.401 mil pagos em 20/09/2022;

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 8.651 mil a serem pagos em 31/03/2023;

Juros sobre Capital Próprio - R\$ 10.570 mil a serem pagos em 31/03/2023.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	2022	2021	2020
Lucro/Prejuízo incluindo minoritários	137.602	269.446	158.733
Valor em R\$ por ação	2,2278	4,3612	3,0723

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2020: Não foram distribuídos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

2021: Juros sobre Capital Próprio foram distribuídos o montante de R\$ 14.918 mil (Bruto) e Dividendos no montante de R\$ 24.320 mil.

2022: R\$ 37.622 mil a título de Juros sobre Capital Próprio (Bruto), sendo: R\$ 18.401 mil pagos em 20/09/2022 e R\$ 19.221 mil declarados no exercício de 2022 que serão pagos em 31/03/2023.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O valor destinado a reserva legal totalizou R\$ 6.880 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro Líquido: R\$ 137.602 mil x 5% = R\$ 6.880 mil

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável. A Companhia emite apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

(i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia;

(ii) uma parcela poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser destinada à formação de Reservas para Contingências, nos termos do artigo 195, da Lei nº 6.404/76;

(iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;

(iv) uma parcela do lucro líquido do exercício poderá, mediante proposta do Conselho de Administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, observados os requisitos e limites legais;

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

(v) feitas tais destinações, o saldo remanescente será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, observado o disposto no artigo 32, do presente Estatuto Social;

(vi) Após tais destinações, havendo ainda saldo, remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas.

Parágrafo único. O pagamento de dividendos aprovados em Assembleia Geral e a distribuição das ações provenientes de aumento de capital serão efetuados dentro de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da respectiva ata.

“Artigo 31 - Os acionistas da Companhia têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma da lei. Nos exercícios sociais em que não se justificar, ou não houver necessidade de constituição das reservas de que trata a alínea (“ii”), do artigo 30 do Estatuto, a parcela dos lucros para a qual não houver destinação específica será distribuída como dividendos.

- 1º. O dividendo previsto no presente artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre essa informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia Geral.

- 2º. Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1º do presente artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim conforme prevê o estatuto social da Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

R\$ 75.055 a título de reserva de orçamento em capital.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Conforme artigos 30 (iii) e 32 (1º a 3º), do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado para reserva estatutária de Manutenção do Capital de Giro.

“Artigo 30. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições legais aplicáveis e o previsto no presente Estatuto Social, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, respeitada a seguinte ordem de dedução:

(...)

(iii) 5% (cinco por cento) serão aplicados na formação da Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro, conforme prevista no artigo 32, do presente Estatuto Social;

(...)”.

“Artigo 32. A Reserva Estatutária de Manutenção do Capital de Giro tem por finalidade assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais da Companhia.

- 1º. Serão destinados à constituição da Reserva de Manutenção do Capital de Giro, 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, obedecida a ordem de dedução prevista em lei e pelo presente Estatuto Social.

45

- 2º. A formação da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não ultrapassará 10% (dez por cento) do capital social da Companhia.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- 3º. A destinação dos lucros para a constituição da Reserva Estatutária de Manutenção de Capital de Giro não prejudicará o pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos acionistas da Companhia.”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 6.880 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro Líquido do exercício: R\$ 137.602 mil * 5% = R\$ 6.880 mil

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

R\$ 75.055 mil.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A unidade *Greenfield* de Caucaia-CE tem investimento estimado de R\$ 165 milhões, conforme Fato Relevante de 16/11/21, sendo previsto uma relação capital próprio: financiamento de 50%:50%. O Projeto Básico que suportou o orçamento de capital encontra-se disponível na sede da Companhia.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 11.166 mil.

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de incentivos fiscais se refere as subvenções governamentais do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (“Produzir”), do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (“Desenvolve”), da Lei Complementar 160 e do Lucro da Exploração através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A reserva de incentivos fiscais poderá ser destinada para subvenção de investimentos nas unidades industriais de fibrocimento ou para possível aumento de capital social da Companhia.

ANEXO 3

Informações dos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência

7.3 Em relação a cada um dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, indicar em forma de tabela:

a) Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo a ser Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidos	Eleito pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Paulo Henrique Zukanovich Funchal	14/09/1970	Economista	205.351.308-05	Membro Titular do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	6
Eurico dos Reis Rodrigues Fróes	12/12/1968	Contador e Advogado	580.117.736-15	Membro Titular do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	1
Marcos Aurélio Pamplona da Silva	10/07/1969	Advogado	732.739.379-04	Membro Titular do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	-
Felipe Camera Ruiz	27/02/1982	Engenheiro de Produção	221.252.258-40	Membro Suplente do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	3
Cláudio Renato Ricaldoni Silva	24/08/1977	Contador	031.956.416-90	Membro Suplente do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	-
Rochana Grossi Freire	04/09/1978	Economista e Jornalista	946.505.600-63	Membro Suplente do Conselho Fiscal	21/03/2023	- ¹	1 ano	-	Não ²	Não aplicável	3

¹ A posse ainda não ocorreu.

² A Companhia não possui controlador.

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome e setor de atividade da empresa
- cargo
- se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Membros Titulares do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal, brasileiro, economista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo. Formado em engenharia naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, em economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP e mestre em economia da energia pelo Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP. Foi gerente de project finance do Banco Itaú, diretor de desenvolvimento de negócios da Elucid Group, diretor geral da ARMATEK e membro do Conselho Fiscal da Eternit. Atualmente é sócio da ZF Partners Strategy Advisory.

Eurico do Reis Rodrigues Fróes, brasileiro, contador e advogado, atua profissionalmente nas áreas contábeis e de controladoria há mais de 30 anos, com experiência consolidada nos setores de construção civil, incorporação imobiliária, siderurgias, telefonia, dentre outros, atendendo empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto. Foi professor universitário no curso de ciências contábeis nas Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo em Minas Gerais. Sócio diretor da PROSSIG Gestão Integrada em Serviços Contábeis Ltda, com sede em Belo Horizonte, MG, prestando serviços de gestão contábil e financeira para empresas de diversos segmentos e Diretor administrativo e financeiro da Bio Prolab Laboratório de Controle de Qualidade Ltda, com sede em Belo Horizonte, MG, que atua no ramo de análises microbiológicas de ar, alimentos, água, fármacos e cosméticos em geral.

Marcos Aurélio Pamplona da Silva, brasileiro, formado pela UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) Direito em 12/2004; aprovado no exame da ordem dos advogados de Santa Catarina (OAB/SC) em 01/2005; Pós-graduado em desenvolvimento Gerencial pela ESAG – 1997; Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em 12/2008; Especialização em Direito Comercial pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) – 2010; Gerente Comercial regional Florianópolis da distribuidora Polipetro Comércio de Combustíveis Ltda (atual Alesat) – 2003/2006; Diretor de Segurança Cidadã da Secretária de Segurança Pública de Santa Catarina out/2007/abri/2010; Coordenador Geral da Primeira Conferência Estadual de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – abri/2009; Membro nato da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública jun/2009; Diretor de Capacitação e Gestão de Pessoas da Secretária de Segurança Pública de Santa Catarina abril/2010/dez/2010; Gerente do Contencioso Administrativo do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2011/2018; Diretor Jurídico Substituto do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2011/2018; Assessor Jurídico do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina 2019; Consultor Jurídico da Gaspert S/A; Consultor Jurídico do Grupo TKW Transportes Ltda.; CEO da empresa Kuerten e Pamplona Consultoria Empresarial Ltda desde 1995, consultor de diversas empresas na área jurídica. É Conselheiro Fiscal da Braskem S.A. (2022-2023).

Membros Suplentes do Conselho Fiscal

Felipe Camera Ruiz, brasileiro, sócio fundador da AGF e Boa Vista Investimentos. Ocupou cargos de alta gestão na Restaurant Brands International (3G Capital), Booz & Company, General Motors e Mercedes-Benz, entre outras. Conselheiro Fiscal Suplente na Unipar e Banco Pine.

Cláudio Renato Ricaldoni Silva, brasileiro, Contador com atuação profissional na área tributária há mais de 27 anos, sendo os últimos 13 anos dedicados especificamente a negócios imobiliários. Foi Gerente Tributário na Deloitte por 10 anos, atuou como Head de Tributos na MRV&Co e atualmente é responsável pela área tributária com ênfase em negócios imobiliários do escritório Lacerda Diniz Sena Advogados. Ademais, é empreendedor social, conselheiro do Instituto Galo, membro do Movimento por Uma Cultura e Embaixador do Capitalismo Consciente.

Rochana Grossi Freire, brasileira, Economista e Jornalista. Mestre em Marketing e planejamento estratégico. Certificação internacional em gestão de riscos {ISO 31000 e COSO), ferramentas de avaliação de riscos {ISO 31010), Auditoria de Sistemas de Gestão (ISO 19011), governança corporativa em empresas públicas (Lei 13.303), Compliance (ISO 19600) e Auditoria Líder em Sistemas de Gestão Antissuborno - ISO 37001), Auditoria e Controles Internos (Modelo IACM). Sólida experiência em liderança estratégica de gestão de riscos, governança e compliance, comunicação, marketing e vendas, industrial, agronegócios, saúde e serviço e varejo, com implementação de processos para gerenciar riscos financeiros, operacionais e reputacionais, com implementação de frameworks em governança, controles internos, lei geral de proteção de dados e programas de compliance. Fortes habilidades de gestão de pessoas comprometida com os mais elevados padrões éticos. Conhecimento profundo dos mercados globais e domésticos

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

com foco em estratégias corporativas e clientes. Fortes habilidades analíticas e de resolução de problemas aplicadas ao lucro e participação no mercado. Excelente comunicação escrita e verbal em inglês, português e espanhol.

iii. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- a) qualquer condenação criminal
- b) qualquer condenação em processos administrativos da CVM e as penas aplicadas
- c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Todos os candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia e seus respectivos suplentes declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processos administrativos perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.3 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

a) Conselho Fiscal

Nome	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse ¹	Percentual de participação nas Reuniões do Conselho Fiscal realizadas no último exercício após a posse no cargo
Paulo Henrique Zukanovich Funchal	4	100%
Wilfredo João Vicente Gomes	4	100%
Rogério Pires Bretas	4	100%
Rochana Grossi Freire	0	0%
Felipe Camera Ruiz	0	0%
Eurico dos Reis Rodrigues Fróes	0	0%

¹ Foram consideradas as reuniões realizadas no exercício social de 2022 com base nas atas divulgadas à CVM/B3, após a posse.

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não há previsão estatutária na formação de comitês. Os comitês existentes na Companhia são de assessoramento do Conselho de Administração, de acordo com seu regimento interno e não se caracterizam como estruturas que participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

7.4. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não há previsão estatutária na formação de comitês. Os comitês existentes na Companhia são de assessoramento do Conselho de Administração, sendo formados com o objetivo de auxiliar o Conselho em tópicos relevantes para o desenvolvimento da Companhia, visando agregar valor ao auxiliar na condução dos negócios, de acordo com seu regimento interno e não se caracterizam como estruturas que participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) Candidatos aos cargos de administradores da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

- b) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas.

- c) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor

- d) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos de administrador da Companhia e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável aos candidatos a membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia

- b) controlador direto ou indireto do emissor

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e controlador direto ou indireto do emissor.

- c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes, do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO 4

Atendendo ao disposto no artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, a Companhia vem disponibilizar as seguintes informações:

Informações do item 8 do formulário de referência.

Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração dos Administradores Eternit (“Companhia”) disponível no site de Relações com Investidores (ri.eternit.com.br), contemplando os membros do Conselho de Administração e Diretores, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2006, com revisões em 2017 e 2022 estando em linha com as melhores práticas de governança corporativa, considerando o porte da empresa, as práticas de mercado e a qualidade de recursos humanos.

A remuneração da Administração é composta pelas parcelas fixa e variável, estabelecidas de acordo com pesquisas de mercado e a metodologia Hay, observando a consistência interna da empresa, competitividade externa, motivação profissional e transparência administrativa. A existência da prática de remuneração variável, entre curto e longo prazo, permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos e conselheiros, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e variável. O conselheiro receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e podendo ser corrigida anualmente. A remuneração variável é integralmente de longo prazo, que tem como objetivo estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro para o melhor desempenho do Grupo Eternit, é apurada com base em múltiplos da remuneração fixa, condicionada ao cumprimento integral do mandato e atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo paga através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*, conforme detalhado em documento próprio (Plano de Outorga).

O Presidente do Conselho de Administração recebe um valor diferenciado na sua remuneração fixa equivalente a um adicional de 50% frente à remuneração dos demais conselheiros. Todos os membros do Conselho possuem o mesmo múltiplo de remuneração fixa utilizado para o cálculo a apuração da remuneração variável.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável. O diretor receberá uma remuneração mensal fixa paga até o último dia de cada mês e corrigida anualmente com base na avaliação do desempenho pretérito do diretor e pesquisa de mercado utilizando a metodologia de pontos Hay e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

A parte variável do diretor é composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, de acordo com o atingimento de metas e resultados definidos pelo Conselho de Administração.

O bônus de incentivo anual, de curto prazo, será calculado sobre a remuneração de dezembro do respectivo ano e pago ao diretor em parcela única, após apuração das metas e resultados e aprovação dos resultados do exercício na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Exceções de pagamento antes da AGO poderão ser aprovados pelo Conselho de Administração, justificadamente.

O bônus de incentivo trienal, de longo prazo, será devido e apurado anualmente, com base na remuneração de dezembro do ano da apuração do diretor e de acordo com as metas definidas em documentos próprios, e pago até o final do mês de abril do 3º (terceiro) ano subsequente ao ano da apuração e após a aprovação dos resultados em Assembleia Geral Ordinária (AGO), sendo que 50% do valor líquido de impostos deste bônus, deverá ser utilizado para aquisição de ações da Companhia, através de uma corretora de mercado, devendo o diretor comprovar a aquisição das ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O Conselho de Administração poderá, excepcional e justificadamente, alterar as regras de pagamento do bônus de incentivo trienal, incluindo, mas sem se restringir a, antecipar parte do bônus ou acumular as métricas de curto e de longo prazos.

Não ocorrendo o atingimento das metas e resultados definidos, não haverá pagamento destes bônus, e em caso de não atingimento integral, mas dentro do mínimo estabelecido, o pagamento será proporcional ao resultado atingido.

Esta prática faz com que os Diretores compartilhem o risco e o resultado com a Companhia, permitindo assim um maior alinhamento de interesses entre os executivos e acionistas. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelo resultado do ano, no caso de atingimento das metas estipuladas para o período.

Ocorrendo a renúncia, destituição ou o afastamento do Diretor do seu cargo de Administrador, por motivo imputado ao mesmo, ficará encerrado e caducará, na data de tal evento, o direito do Diretor ao bônus de incentivo variável trienal em relação ao qual não se tenha completado o respectivo período trienal. Apenas o bônus de incentivo anual variável relativo ao ano calendário em que se verificar esse evento de desligamento, se devido, será apurado proporcionalmente aos meses desse mesmo ano em que o Diretor tenha permanecido no seu cargo, para pagamento até o final do mês de abril do ano subsequente e após a aprovação dos resultados em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da diretoria têm direito aos benefícios diretos e indiretos, compreendidos por: assistência médica e odontológica, seguro de vida, check-up anual, veículo, entre outros.

Os membros da diretoria têm direito ao benefício pós-emprego, o qual se refere à previdência privada. Os valores são descritos nos itens 8.2 e 8.14 desta proposta.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

A Companhia conta com uma Diretoria de Finanças, Administrativa e de Recursos Humanos que analisa em conjunto com o Comitê Estratégico e Recursos Humanos a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete, posteriormente, para aprovação do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Desde 2013, a Companhia possui Conselho Fiscal, de forma não permanente, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404.

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, que não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação, bônus e ou participação nos lucros. Não há diferenciação na remuneração entre o Coordenador e demais membros do Conselho Fiscal.

A remuneração será apurada e paga mensalmente aos membros do Conselho Fiscal, e o crédito em conta ocorrerá no último dia útil do mês. Os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração adicional por sua participação em Comitês e/ou Comissões, bem como o membro que exercer a coordenação de forma eventual.

As despesas necessárias ao comparecimento às reuniões ou ao desempenho das funções dos membros do Conselho Fiscal, titular e suplente (quando convocado), são ressarcidas pela Companhia, na forma das disposições legais vigentes, mediante a apresentação dos comprovantes de despesas.

Comitês

Todos os membros dos Comitês da Companhia que são administradores ou colaboradores não recebem remuneração específica pelo fato de participarem dos Comitês.

- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	43,55%	100,00%	50,15%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,13%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	56,45%	0,00%	40,10%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,62%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31/12/2021:

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	22,30%	100,00%	46,38%
Benefícios	0,00%	0,00%	5,35%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	77,70%	0,00%	44,01%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	0,00%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	4,26%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Salário ou pró-labore	83,35%	83,33%	57,69%
Benefícios	0,00%	0,00%	7,92%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração fixa)	16,65%	16,67%	11,51%
Bônus	0,00%	0,00%	14,75%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Remuneração variável)	0,00%	0,00%	2,86%
Pós-emprego	0,00%	0,00%	5,27%
Indenizações	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado ao componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma a aferir a sua competitividade e, se necessário, realizar reajuste ou adequação em algum dos componentes da remuneração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia adota um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total dos administradores nos componentes variáveis, com uma política de compartilhamento do risco e resultado da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros da Administração são remunerados.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação dos itens de remuneração variável são levados em consideração o desempenho de cada Diretor através dos resultados atingidos em indicadores financeiros, estratégicos e operacionais, com prevalência do indicador financeiro EBITDA. A remuneração variável está diretamente atrelada ao cumprimento das metas anuais da Companhia, negociadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A remuneração está diretamente atrelada ao alcance das metas individuais dos Diretores e à performance da Companhia, e seus indicadores são acompanhados sistematicamente durante o ano exercício, através dos Comitês e validados nas Reuniões com Conselho de Administração. As variações dos múltiplos salariais recebidos como Bônus estão diretamente ligadas ao desempenho do período avaliado.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração foi estabelecida com o objetivo de fortalecer o compartilhamento dos riscos e resultados da Companhia, recompensando as conquistas a curto prazo, através da remuneração variável de curto prazo e garantindo ao mesmo tempo sustentabilidade, inovação e perenidade ao negócio, que é o objetivo de longo prazo, detalhado no item 8.6 desta proposta.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não aplicável.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

vi. os órgãos e comitês do emissor que participem do processo decisório, identificando de que forma participam

A empresa conta com especialistas na área de Recursos Humanos que analisam e estruturam a política de remuneração fixa e variável a ser adotada e submete ao Comitê Estratégico e Recursos Humanos e à aprovação posterior do Conselho de Administração. Quando necessário o Conselho de Administração conta com o apoio de empresas de consultoria especializada.

vii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A política de remuneração está estruturada formalmente utilizando a metodologia Hay para a descrição, análise e determinação do peso de cada executivo. O valor da remuneração é resultado de pesquisas de mercado, limites da situação econômico-financeira da Companhia e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Como regra geral, seu posicionamento é manter a remuneração dentro da Mediana do Mercado, comparadas através de pesquisas salariais periódicas.

viii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, e sempre que necessário, a área de Recursos Humanos apresenta para o Conselho de Administração uma análise da remuneração dos administradores, com base na avaliação de desempenho do Diretor, pesquisa de mercado e nos limites da situação econômico-financeira da Companhia, propondo ajustes se necessários.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Global – Prevista para o exercício social 2023

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	1.537	367	5.146	7.050
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	585	585
Outros	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	2.678	2.678

Bônus de Longo Prazo**	1.793	-	2.033	3.826
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				
Benefício Pós-emprego	-	-	475	475
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.793	-	-	-
Total	3.330	367	10.917	14.614

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

** Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

*** Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo.

Remuneração Global – exercício social encerrado em 2022

2022*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00	12,00
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	1.420	340	4.512	6.273
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	461	461
Outros	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	145	-	1.620	1.765
Bônus de Longo Prazo**	1.695	-	1.988	3.682
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				
Benefício Pós-emprego	-	-	416	416
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
***Remuneração baseada em ações, incluindo opções	1.695	-	-	-
Total	3.260	340	8.997	12.597

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

** Bônus de Longo Prazo dos membros do Conselho de Administração é integralmente baseado em ações.

*** Remuneração baseada em ações dos membros do Conselho de Administração é contabilizada no Bônus de Longo Prazo

Remuneração Global – exercício social encerrado em 31/12/2021

2021*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	3,42	11,42
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	3,42	11,42
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	1.173	315	3.590	5.078
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	414	414
Outros	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	4.088	-	2.028	6.116
Bônus de Longo Prazo	-	-	1.378	1.378
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				
Benefício Pós-emprego	-	-	330	330
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES⁵				
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total	5.261	315	7.740	13.316

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

Remuneração Global – exercício social encerrado em 31/12/2020

2020*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,50	3,00	3,00	11,50
Número de Membros remunerados	5,50	3,00	3,00	11,50
REMUNERAÇÃO FIXA				
Salário	967	272	2.965	4.204
Benefícios Diretos e Indiretos	-	-	407	407
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros **	193	54	591	838
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Bônus de Curto Prazo	-	-	648	648
Bônus de Longo Prazo	-	-	110	110
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros***	-	-	147	147
BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO				

Benefício Pós-emprego	-	-	271	271
BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUINDO OPÇÕES				
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total	1.160	326	5.139	6.625

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

** Encargos de INSS sobre a remuneração dos membros da Administração.

*** Encargos de INSS sobre a remuneração variável dos membros da Administração.

8.3 Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável – Previsto para o exercício social 2023

2023*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00	12,00
BÔNUS DE CURTO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	N/A	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	N/A	N/A	2.678	2.678
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	2.678	2.678
BÔNUS DE LONGO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	1.793	N/A	2.033	3.831
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	1.793	N/A	2.033	3.831
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Máximo Previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

Remuneração variável – Previsto para o exercício social 2022

2022*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	4,00	12,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00	12,00
BÔNUS DE CURTO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	246	N/A	2.414	2.660
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	246	N/A	2.414	2.660
BÔNUS DE LONGO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	1.695	N/A	2.306	4.001
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	1.695	N/A	2.306	4.001
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	N/A	-	-

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2021

2021*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,00	3,00	3,42	11,42
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	3,42	11,42
BÔNUS DE CURTO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	4.088	N/A	2.028	6.116
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	4.088	N/A	2.028	6.116
BÔNUS DE LONGO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	1.378	1.378
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	N/A	1.378	1.378
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Previsto caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	N/A	-	-

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2020

2020*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de Membros	5,50	3,00	3,00	11,50
Número de Membros remunerados	5,50	3,00	3,00	11,50
BÔNUS DE CURTO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	1.516	1.516
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	N/A	1.516	1.516
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	N/A	648	648
BÔNUS DE LONGO PRAZO				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	708	708
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	N/A	708	708
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	N/A	110	110
PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS				
Valor Mínimo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Máximo Previsto	-	N/A	-	-
Valor Previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	N/A	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	-	N/A	-	-

* Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a) Termos e condições gerais

Diretoria

A Companhia estabeleceu a obrigação da destinação para aquisição de ações de 50% do bônus de longo prazo, líquido de impostos, auferido pelos membros da Diretoria. Entretanto, tal obrigação não caracteriza uma remuneração baseada em ações.

Este plano foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2006, com alteração em 2017

Conselho de Administração

Implementado a partir de janeiro de 2022, o Plano de Outorgas de Ações para os Conselheiros de Administração visa estimular a atuação e o comprometimento do Conselheiro de Administração para o melhor desempenho do Grupo Eternit no longo prazo. O Plano está condicionado ao cumprimento integral do mandato e atingimento de meta de Lucro Líquido da Companhia, sendo o bônus apurado com base em múltiplos da remuneração fixa e pago através da conversão do valor apurado em ações ETER3 adquiridas pela Eternit no mercado e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*, conforme detalhado em documento próprio (Plano de Outorga).

b) Principais objetivos do plano

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração têm por objetivo que os Diretores e Conselheiros da Companhia se tornem acionistas, alinhando os interesses dos administradores aos dos demais acionistas da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao induzir que os Diretores e Conselheiros de Administração se tornem acionistas da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento e rentabilidade da Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração inserem-se na política de remuneração através da remuneração variável de longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração alinham totalmente os interesses da Companhia e dos Administradores, à medida que os mesmos compartilham riscos e resultados através da vinculação da remuneração variável de longo prazo ao valor das ações e da exigência do *vesting*, garantindo sustentabilidade e perenidade ao negócio.

f) Número máximo de ações abrangidas

O plano de aquisição de ações para os Diretores e o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração não preveem um número máximo de ações abrangidas, sendo limitado em decorrência do valor máximo de remuneração variável estabelecido, definida pelo múltiplo do valor de remuneração fixa de cada administrador.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

h) Condições de aquisição de ações

O Diretor deverá utilizar 50% do valor líquido recebido, em espécie, a título de bônus de incentivo trienal (líquido de impostos) para aquisição de ações da Companhia no mercado, através de uma corretora de sua preferência, devendo o Diretor comprovar a aquisição destas ações no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data em que foi efetivado o pagamento do bônus pertinente, ficando vedado de dispor das mesmas ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

O Plano de Outorgas para os Conselheiros de Administração, prevê que a remuneração variável de longo prazo será apurada ao término de cada exercício e o montante será convertido em ações adquiridas pela Companhia no mercado, após realização da AGO, e mantidas em Tesouraria pelo período de *vesting*.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor da ação para os Diretores será o valor praticado no mercado por ocasião da aquisição, através de transações feitas diretamente pelo Diretor por meio de corretora de sua preferência.

Da mesma forma, o plano de outorgas para os Conselheiros de Administração prevê a compra de ações pela Companhia no preço de mercado por ocasião da aquisição.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica para o plano de aquisição de ações da Diretoria.

O exercício da outorga das ações aos Conselheiros de Administração ocorre um ano após o término do mandato, independentemente da recondução do administrador.

k) Forma de liquidação

Não se aplica em relação ao plano de aquisição de ações da Diretoria.

Em relação ao plano de outorga para membros do Conselho de Administração, a liquidação se dará pela transferência das ações mantidas em tesouraria pela Companhia para os Conselheiros.

l) Restrições à transferência das ações

O Diretor não poderá dispor das ações pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da respectiva aquisição.

Não há restrição à transferência das ações no plano de outorgas dos Conselheiros de Administração.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração, não existindo critérios preestabelecidos para tal.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Em caso de desligamento do Diretor por iniciativa da empresa, o Diretor terá direito ao bônus de incentivo trienal relativos aos valores já apurados e devidos e ainda não quitados, mantido o cronograma de pagamento descrito no item “h”, sem, contudo, o compromisso de aquisição de ações com 50% dos recursos líquido auferidos. Caso o desligamento seja iniciativa do Diretor, não será devido o bônus de incentivo trienal que não tenha completado integralmente o respectivo período de 3 (três) anos. Quanto às ações já adquiridas, cessa a obrigação de retenção das referidas ações pelo prazo de um ano, conforme descrito no item “l”, visto que, a partir do momento da saída do administrador, as ações passam a fazer parte do free-float da Companhia.

O plano de outorga para os Conselheiros de Administração condiciona a transferência das ações ao cumprimento integral do mandato.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, pois o Plano de Aquisição de Ações da Diretoria consiste em política de remuneração variável sem as características de remuneração baseada em ações e o Plano de Outorgas dos Conselheiros de Administração foi iniciado em janeiro de 2022.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto.

8.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não aplicável.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.9 a 8.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

8.13 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, Companhias controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conselho de Administração	438.855	474.155
Diretoria	306.800	175.900
Conselho Fiscal	222.501	199.901
	<u>968.156</u>	<u>849.956</u>

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos Diretores estatutários:

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de Membros	5,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	4,00
Nome do plano	N/A	- Bradesco Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	- 4 para aposentadoria normal
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- Bradesco Vida e Previdência (45 anos de idade com 3 anos de empresa e término de contrato com a empresa)
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 1.758.765
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 415.812
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	<p>Duas situações:</p> <p>1ª – No desligamento, antes de atingir as condições mínimas para aposentadoria normal ou antecipada, o diretor desligado resgatará a totalidade das suas contribuições individuais. Com relação às contribuições realizadas pela empresa, o diretor pode resgatar de acordo com tempo de casa e idade</p> <p>2ª – Especificamente, no plano do Bradesco, podem ser realizados os resgates da conta básica do participante. Porém existe a penalidade, de perda do valor proporcional das contribuições efetuadas pela empresa.</p>

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os últimos 3 exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2022*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5,00	3,00	4,00
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração anual individual	889	113	3.948
Valor da menor remuneração anual individual**	593	113	1.314
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	652	113	2.250

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados.

2021*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de Membros**	5,00	3,00	3,42
Número de Membros remunerados	5,00	3,00	3,42
Valor da maior remuneração anual individual	1.463	105	3.629
Valor da menor remuneração anual individual***	975	105	1.725
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	1.052	105	2.263

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados.

** Membro da Diretoria exerceu sua função proporcionalmente em 2021.

* Os valores apurados da menor remuneração excluíram membros que exerceram período inferior a 12 meses nos respectivos cargos.

2020*	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Número de Membros	5,50	3,00	3,00
Número de Membros remunerados	5,50	3,00	3,00
Valor da maior remuneração anual individual**	288	109	2.479
Valor da menor remuneração anual individual**	192	109	1.268
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	211	109	1.713

*Valores expressos em milhares de reais, exceto número de membros e número de membros remunerados.

** Considera valores relativos aos membros que exerceram o mandato durante os 12 meses.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam deste assunto.

Não aplicável. A Companhia não tem acionista controlador.

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia nos últimos três exercícios como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não sejam em razão da função que ocupam.

8.19 Remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos últimos três exercícios sociais

A Companhia não tem acionista controlador e, portanto, também não há sociedades em controle comum com a Companhia. Não há valores reconhecidos no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item 8.

ANEXO 5

Instruções para preenchimento do Boletim de Voto a Distância

Orientações de preenchimento

O boletim deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81/22 e alterações.

Neste caso, é imprescindível que os campos anteriores sejam preenchidos com o Nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro do Ministério da Fazenda, seja pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço eletrônico de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral, as seguintes instruções deverão ser observadas:

- i. Os campos deste boletim deverão estar devidamente preenchidos;
- ii. Todas as páginas deverão ser rubricadas;
- iii. O acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente deverá(ão) assinar o boletim na última página;
- iv. Não serão exigidos reconhecimento de firma, desde que a assinatura do documento apresentado, coincida com a assinatura aposta no boletim; e
- v. Nos casos de estrangeiros, será aceito o respectivo RNE ou passaporte com a mesma assinatura do boletim, não sendo necessário a tradução juramentada de procuração enviadas nos idiomas Espanhol e Inglês.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá:

- i. Preencher e enviar diretamente à Companhia; ou
- ii. Transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações a seguir:

Exercício de voto a distância por meio do custodiante.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras adotadas pelo subcustodiante, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos.

Nos termos da Instrução CVM nº -81/22, o acionista deverá transmitir as instruções e o boletim devidamente preenchido para seus agentes até sete dias antes da data da realização da assembleia. A Companhia, de acordo com a legislação vigente, terá até 3 úteis dias do recebimento do boletim para comunicar o acionista que os documentos enviados estão aptos para que o voto seja considerado válido ou para avisar a necessidade de retificação e reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham, informando o prazo de recebimento dos mesmos em até sete dias antes da realização da assembleia.

Desta forma, é recomendável que o acionista envie o boletim de voto, que será disponibilizado pela companhia pelo menos com um mês antes da data da realização da assembleia e os documentos relativos, com maior antecedência possível, para que haja tempo suficiente para avaliação pela Companhia e eventual retorno com motivos para retificação, correção e ressubmissão dos mesmos.

Vale ressaltar que, conforme determinado pela Resolução CVM nº -81/22, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF e CNPJ.

Exercício do voto a distância por meio de envio do boletim pelo acionista diretamente à Eternit

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos ao Departamento de Relações com Investidores e aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

- i. Via física do presente boletim de voto devidamente preenchido, assinado e com todas as páginas rubricadas;
- ii. Cópia simples dos seguintes documentos:
 - a. Pessoas físicas:
 - Documento válido de identidade com foto e número CPF, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”);
 - No caso de procurador (constituído a menos de um ano antes da data da realização da AGO), enviar procuração acompanhada dos requisitos contidos no item anterior.
 - b. Pessoas jurídicas:
 - Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
 - CNPJ; e
 - Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).
 - c. Para fundos de investimento:
 - Último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
 - Estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
 - Documento de identidade com foto do representante legal, que contenha a assinatura idêntica a do Boletim de Voto a Distância (“BVD”).

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e respectivas alterações.

Caso este boletim seja encaminhado diretamente à Companhia e não esteja adequadamente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este poderá ser desconsiderado e o acionista será informado por meio de endereço de e-mail indicado.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser protocolados na sede da Companhia em até sete dias antes da realização da Assembleia, na Rua Dr. Fernandes Coelho nº 85, 8º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-040 ou por meio do e-mail: ri@eternit.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Vítor Mallmann.

Indicação da instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato.

Exercício do voto a distância por meio do administrador das ações escriturais: Adicionalmente às opções anteriores, o acionista com ações no sistema escritural poderá exercer o seu direito de voto a distância por meio do Banco Itaú, instituição que administra o sistema de Ações Escriturais da Companhia. Neste caso, o acionista/procurador que optar por exercer o direito de voto a distância por prestadores de serviço deverá fazê-lo por uma das opções:

- Acionistas com posição acionária em livro escritural: podem exercer o voto à distância por intermédio do escriturador. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>.
- Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/ corretora: deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.
- Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição: (exemplo: parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações estão custodiadas em mais de uma instituição custodiante): basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição, o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista.

ANEXO 6

Informações dos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência

7.3 Em relação a cada um dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, indicar em forma de tabela:

a) Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo a ser Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidos	Eleito pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Richard Doern	01/12/1963	Engenheiro de Produção	050.889.168-09	Membro do Conselho de Administração	21.03.2023	- ¹	Até AGO 2024	-	Não ²	Sim ³	-
Fausto de Andrade Ribeiro	14/02/1968	Economista e Advogado	313.530.971-72	Membro do Conselho de Administração	21.03.2023	- ¹	Até AGO 2024	-	Não ²	Sim ³	-

¹ A posse ainda não ocorreu.

² A Companhia não possui controlador.

³ O conceito de membro independente adotado pela Eternit é o expresso no regulamento do Novo Mercado da B3.

- iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
- iv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Richard Doern é graduado em engenharia de produção, pós graduado em marketing e controladoria e possui especialização em governança corporativa e gestão de riscos. Atuou por mais de 20 anos como especialista em reestruturação de empresas, liderando processos de transformação organizacional, tendo sido um dos precursores no País a atuar como CEO interino durante diversos processos de turnaround. É Conselheiro de Administração e membro de Comitê de Auditoria certificado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) na categoria “plus” e nos últimos 18 anos atua como membro de Conselhos de Administração e Consultivos, assim como membro de comitês de assessoramento aos Conselhos, tais como de Auditoria, Estratégia, Pessoas e Inovação. Foi Presidente do Conselho da Track & Filed, Grupo Ráscal de restaurantes, Hospitais Leforte e FCC Indústria e Comércio, além de ter sido membro dos conselhos de administração do Grupo Mater e Kinoplex. É professor dos cursos de governança corporativa e de formação de Conselheiros de Administração do IBGC há mais de 12 anos.

Fausto de Andrade Ribeiro, é formado em Administração de Empresas e Direito, com MBA em finanças e pós-graduação em Economia, com 35 anos de experiência no mercado financeiro, construiu a sua jornada profissional com passagens pelo Banco da Patagônia na Argentina e pelo Banco do Brasil, onde exerceu o cargo de CEO de 2021 até janeiro de 2023.

- iii. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO E MANUAL DE PARTICIPAÇÃO

- a) qualquer condenação criminal
- b) qualquer condenação em processos administrativos da CVM e as penas aplicadas
- c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Todos os candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processos administrativos perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.3 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- e) Candidatos aos cargos de administradores da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

- f) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas.

- g) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor

- h) Candidatos aos cargos de (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos de administrador da Companhia e:

- d) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável aos candidatos a membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia

- e) controlador direto ou indireto do emissor

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e controlador direto ou indireto do emissor.

- f) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, entre candidatos aos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia e fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes, do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.